Manual para Participação dos Acionistas na
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
da

LOG-IN – LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

a ser realizada no dia
20 de abril de 2021

Prezados Senhores Acionistas

A administração da **LOG-IN – LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.** ("**Log-In**" ou "**Companhia**"), nos termos do que dispõe a legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social, vem apresentar a V.Sas. o Manual para Participação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária da Log-In a ser realizada no dia 20 de abril de 2021, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "*Zoom*", nos termos do Edital de Convocação divulgado nesta data ("**AGO**" ou "**Assembleia**").

Neste documento V.Sas. encontrarão, além da Proposta da Administração em relação a cada uma das matérias a serem deliberadas na AGO, esclarecimentos acerca das matérias em referência, bem como todas as informações necessárias à sua participação na Assembleia.

Atenciosamente,
A Administração.

Índice

1. Proposta da Administração 4

2. Orientações para participação na Assembleia..... 8

2.1. Orientações para participar da Assembleia pessoalmente.....9
2.2. Orientações para participar da Assembleia representado por procurador.....9
2.3. Orientações para participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância.....**10**

3. Documentos e informações a respeito das matérias da ordem do dia da AGO...14

3.1. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme previsto no art. 9º, III, da da Instrução CVM 481/09.....**.15**
3.2. Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme previsto no art. 12, II, da Instrução CVM 481/09.....**66**
3.3. Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do f Formulário de Referência relativamente aos candidatos indicados pela administração, conforme previsto art. 10, I, da Instrução CVM nº 481/09.....**98**

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Nesta seção a Administração da Companhia apresenta a sua proposta em relação a cada uma das matérias da ordem do dia da AGO.

Lembramos a todos que a AGO será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia, observado que, caso este quórum não seja atingido, a Administração anunciará nova data para realização da Assembleia em segunda convocação, oportunidade na qual a Assembleia poderá ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A ordem do dia da AGO compreende os seguintes itens:

i) Tomar as contas dos administradores e discutir e votar o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Log-In referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de março de 2021, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria.

A Administração propõe a V.Sas. que, após atenta consideração, aprovem, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os documentos ora referidos estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e da Log-In (www.loginlogistica.com.br/ri), nos termos do art. 133, caput, da Lei nº 6.404/76 da Instrução CVM nº 481/09.

Em cumprimento ao art. 9º da Instrução CVM nº 481/09, os Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia, na forma do item 10 do formulário de referência, encontram-se disponíveis no item 3.1 do presente Manual e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e da Log-In (www.loginlogistica.com.br/ri).

Por fim, dado que o resultado auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente absorvido pelo prejuízo acumulado da Companhia, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/76, não há proposta de destinação do resultado do exercício social de 2020, de forma que não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009.

ii) Fixar o montante global da remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2021:

A Administração propõe a fixação do limite da remuneração global anual Administradores da Companhia para o exercício social de 2021 em R$ 12.109.660,41 (doze milhões, cento e nove mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

Em cumprimento ao art. 12 da Instrução CVM nº 481/09, informações adicionais sobre a remuneração dos Administradores, na forma do item 13 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no item 3.2 desta Proposta, bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Log-In (www.loginlogistica.com.br/ri).

iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração e eleger seus membros para mandato unificado de 2 (dois) anos, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Nos termos do artigo 12, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na AGO, fixar o número efetivo de membros do Conselho de Administração e eleger os membros para o próximo mandato unificado, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2022.

A administração propõe a fixação do número de membros do Conselho de Administração em 5 (cinco) e a recondução dos atuais membros do Conselho da Companhia, Srs. Marco Antônio Souza Cauduro, Eduardo de Salles Bartolomeo, Flávio Souto Boan e Maurício Ribeiro de Menezes e Sra. Fabíola Ribeiro dos Santos.

Todos os integrantes da chapa indicada pela Administração para o Conselho de Administração atendem os requisitos de indicação fixados na Política de Indicação de Membros da Diretoria, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento da Companhia ("**Política de Indicação**"). Os candidatos Eduardo de Salles Bartolomeo,

Flávio Souto Boan, Maurício Ribeiro de Menezes e Fabíola Ribeiro dos Santos **se enquadram nos requisitos de independência do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.**

Em cumprimento ao art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia fornece, no item 3.3 deste Manual, informações a respeito dos candidatos propostos na forma dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

A eleição do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de chapas, salvo se acionistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia requererem a adoção do procedimento de voto múltiplo com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia Geral, nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 165/91 (**ou seja, até as 14 horas – horário de Brasília – do dia 18 de abril de 2021**).

Na eleição por chapa, cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber o maior número de votos na Assembleia Geral.

Caso o procedimento de voto múltiplo venha a ser regularmente requerido, será divulgado na AGO o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas nela presentes. Serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo cada acionista alocar livremente seus votos entre os candidatos, e sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos.

Por fim, sem prejuízo da sua proposta, a Administração esclarece que:

(i) os acionistas da Companhia poderão indicar chapas concorrentes para participarem da eleição majoritária ao Conselho de Administração, devendo, para isso, encaminhar à Companhia as informações dos candidatos, devidamente acompanhadas dos documentos exigidos pelo item 2.3.4 da Política de Indicação e a declaração de que trata o art. 17, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado; sendo certo que

(ii) acionistas que representem ao menos 3,0% (três por cento) do capital social poderão ter suas indicações inseridas no boletim de voto a distância divulgado pela Companhia, caso tais indicações sejam realizadas até 25 (vinte

e cinco) dias antes da data da AGO (**ou seja, até o dia 26 de marco de 2021**), acompanhadas de todos os documentos e informações devidos.

2. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A AGO será exclusivamente digital, de modo que os acionistas só poderão participar por meio da plataforma "*Zoom*" ou por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância.

2.1. Participação por meio da plataforma "Zoom"

Como forma de assegurar a segurança da AGO, a Companhia pede que os acionistas que desejem participar da Assembleia enviem um e-mail para o endereço ri@loginlogistica.com.br, com antecedência mínima de 48 horas em relação ao horário marcado para o início da AGO (ou seja, até as 14h – horário de Brasília – do dia 18 de abril de 2021), acompanhada de toda a documentação necessária para participação na AGO (conforme indicado nos itens 2.1.1 e 2.1.2 abaixo)

Uma vez recebida a solicitação e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para participação na AGO por meio da plataforma "*Zoom*". O acionista que participar da AGO por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e signatário da ata, na forma do Art. 21-V da Instrução CVM nº 481/09.

O acionista que tenha solicitado devidamente a participação na AGO por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com os dados para acesso até as 18 horas do dia 19 de abril de 2021 deverá, até no máximo 4 horas antes do horário marcado para início da AGO (**ou seja, até as 10h – horário de Brasília – do dia 20 de abril de 2021**), entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do telefone de número +55 (21) 2111-6762 para suporte.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma "*Zoom*" e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Log-In solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. A Companhia esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário previsto para o início da AGO.

Por fim, a Log-In esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais

questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da plataforma digital.

2.1.1. Documentação para acesso direto à plataforma "*Zoom*"

Os acionistas que desejarem acessar diretamente a AGO por meio da plataforma "*Zoom*", deverão anexar os seguintes documentos ao e-mail enviado à Companhia na forma do item 2.1 acima:

2.1.1.1. Acionista pessoa física

i) Documento de identificação com foto; e

ii) Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido por instituição depositária até, no máximo, 3 (três) dias antes da data da Assembleia, contendo sua respectiva posição.

2.1.1.2. Acionista pessoa jurídica

i) Documento de identificação com foto do representante que comparecerá à Assembleia;

ii) Cópia do último estatuto ou contrato social e de documentação societária comprovando poderes do representante que comparecerá à Assembleia (ata de eleição de administração/procuração, conforme o caso);

iii) Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido por instituição depositária até, no máximo, 3 (três) dias antes da data da Assembleia, contendo a posição do acionista.

2.1.1.3. Acionista fundo de investimento

i) Documento de identificação com foto do representante que comparecerá à Assembleia;

ii) Cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e de documentação societária comprovando poderes do representante que comparecerá à Assembleia (ata de eleição de administração/procuração, conforme o caso);

iii) Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido por instituição depositária até, no máximo, 3 (três) dias antes da data da Assembleia, contendo a posição do acionista.

2.1.2. Documentação para acesso à plataforma "*Zoom*" por procurador

Os acionistas que não puderem acessar diretamente a plataforma "*Zoom*" no dia 20 de abril de 2021 poderão ser representados por procurador constituído há menos de um ano, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O procurador deverá anexar os seguintes documentos à sua solicitação de participação:

i) Documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia;

ii) Instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia;

iii) Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido por instituição depositária até, no máximo, 3 (três) dias antes da data da Assembleia, contendo a posição do acionista.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídica, em consonância com a decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, a Companhia não exigirá que o procurador seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, devendo tais acionistas serem representados na forma dos seus documentos societários.

Para tanto, a Companhia solicita que os procuradores de acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento apresentem, em adição aos documentos referidos acima, via original ou cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente:

i) Cópia do **(a)** último estatuto ou contrato social ou **(b)** conforme o caso, do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso;

ii) Cópia de documentação societária comprovando poderes do outorgante do instrumento de mandato (ata de eleição de administração/procuração, conforme o caso).

2.2. Orientações para participar da Assembleia por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância

Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do exercício do direito do voto via envio de boletim de voto a distância deverão (i) transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus agentes de custódia ou ao escriturador; ou (ii) enviar o boletim diretamente à Companhia.

Para o envio do boletim de voto diretamente à Companhia os acionistas deverão encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

i) Via física do boletim de voto, devidamente preenchido, rubricado e assinado;

ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

a. para pessoas físicas:

i. Documento de identificação com foto

b. para pessoas jurídicas:

i. Documento de identificação com foto do representante responsável pela assinatura do boletim de voto;
ii. Cópia do último estatuto ou contrato social e de documentação societária comprovando poderes do representante responsável pela assinatura do boletim de voto (ata de eleição de administração/procuração, conforme o caso);

c. para fundos de investimento:

i. Documento de identificação com foto do representante responsável pela assinatura do boletim de voto;
ii. Cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e de documentação societária comprovando poderes do representante responsável pela assinatura do boletim de voto (ata de eleição de administração/procuração, conforme o caso);

Uma vez recebido o boletim de voto encaminhado diretamente à Companhia, esta avisará o acionista sobre: (a) o recebimento do boletim com documentos suficientes para que o voto seja válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham.

O boletim deve ser enviado à Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da Assembleia, de modo que os acionistas que queiram enviar suas instruções de voto diretamente à Companhia devem fazê-lo até as 14 horas –

horário de Brasília – do dia 18 de abril de 2021. Eventuais boletins de voto recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto a distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilamento daqueles assinados fora do país. Nada obstante, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa, sendo certo que as respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do agente de custódia ou do escriturador deverá entrar em contato diretamente com estes. Neste caso, serão aplicáveis as regras estabelecidas por estes prestadores de serviços para a transmissão das instruções de voto.

Abaixo encontram-se os dados da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo, SP

Site:
https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital

E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Centrais de atendimento a acionistas:

O atendimento aos acionistas da Log-In é efetuado pela rede de agências do Banco Itaú S.A. em todo o território nacional.
Para esclarecer dúvidas, ou obter mais informações o atendimento é realizado através dos seguintes telefones:

+55 (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
+55 (11) 0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Em todo caso, os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto recebidas por eles à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia. O escriturador, por sua vez, compilará as instruções de voto recebidas diretamente com

aquelas recebidas pela Central Depositária e gerará um novo mapa de votação a ser enviado à Companhia.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas através dos seus respectivos agentes de custódia, e o escriturador, ao receber as instruções de voto dos acionistas, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou no CNPJ.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, nosso Departamento de Relações com Investidores segue à disposição nos seguintes canais:

Sandra Calcado

e-mail: ri@loginlogisitca.com.br
tel: (21) 2111-6762

Avenida General Justo, nº 375, 6º andar
Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro

3. DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA DA AGO

3.1. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme previsto no art. 9º, III, da Instrução CVM nº 481/09

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão Geral da Companhia

A Log-In é um provedor de soluções logísticas integradas ao transporte marítimo. A Companhia dispõe de com uma rede de ativos que inclui sua frota de navios, terminal portuário em Vila Velha e terminais intermodais.

Através de uma extensa e integrada malha de transporte, a Log-In atende as principais regiões do Brasil, bem como oferece soluções eficientes para o transporte dos produtos de seus mais de 1,5 mil clientes, nos quais estão incluídas as principais empresas brasileiras e multinacionais com operações no Brasil e no Mercosul.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

2020 foi um ano desafiador. Em meio ao cenário avassalador de pandemia, a Log-In performou com resiliência, atingindo resultados muito significativos, com recordes históricos em todos os seus negócios. Atingimos números em patamares nunca alcançados. Enfrentamos com resiliência e êxito o cenário adverso que afetou o mundo, as pessoas e os nossos negócios. E isso só foi possível por termos agido de forma tempestiva e, ao mesmo tempo, com organização, desenvolvendo um plano de crise e cenários de estresse muito bem estruturados.

Conquistamos um número considerável de novos clientes, ampliamos volume, trouxemos novas cargas, trocando cargas de setores mais afetados pela pandemia por outras essenciais, expandimos o mix, tornando a carteira mais diversificada e robusta. Criamos serviços de forma a melhorar a experiência do cliente e a gestão de sua carga de forma mais eficiente. Conseguimos crescer no segmento Feeder, bem como na Cabotagem. Desenvolvemos novos serviços no TVV, expandindo seu conceito para um terminal multimodal completo. E seguimos fortemente na luta da gestão eficaz de nossos recursos humanos, operações e financeiros, possibilitando fechar o ano com a retomada a volumes pré-pandemia e melhor preparados para lidar e aproveitar oportunidades com cenários incertos.

Em termos numéricos, ultrapassamos as metas programadas pré-pandemia, atingindo, em 2020, recorde de receita líquida de R$1,13 bilhão, 7% melhor de 2019, e de EBITDA ajustado de R$ 309,5 milhões, quase 25% maior que 2019. Também entregamos melhores volumes na Navegação e recordes expressivos no TVV.

Fazendo uma cronologia resumida de nossas realizações, iniciamos o plano de estresse em fevereiro, mesmo mês em que os Jovens Profissionais (Trainees) ingressaram à nossa Companhia, selecionados num universo de 15.000 inscritos. Em março, fizemos a Aquisição do Log-In Endurance, resultando, pela primeira vez em nossa história, numa operação com 100%

de navios próprios e criamos, em paralelo, o Comitê de Crise. Ainda em março demos início ao projeto “Jeito Log-In de Encantar”, que iniciou toda uma reestruturação no nosso atendimento, visando a centralidade no cliente que resultou em uma evolução considerável nos nossos indicadores de prestação de serviço. Em abril, seguimos desafiando o nosso time, criando um Campeonato de Vendas Comercial, de forma que as nossas estratégias fossem refletidas em planos de ação consistentes. Realizamos renegociações relevantes com fornecedores, gerando savings significativos. Também em abril, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) deferiu a nossa solicitação de enquadramento na linha Standstill COVID-19 referente aos pagamentos do serviço da dívida para a construção de embarcações, compreendendo os meses de abril a setembro 2020. O montante aproximado de R$50 milhões será pago pelo prazo remanescente do contrato, ou seja, de outubro de 2020 até junho de 2034. Já em maio e junho, enfrentamos a parada temporária de dois de nossos navios em função de casos de contaminação da tripulação pelo COVID 19. Após essas ocorrências, melhoramos nossos protocolos e procedimentos pré-embarque e não tivemos nenhuma nova parada por caso de COVID até então. Em junho, realizamos a 3ª Emissão de debêntures para a aquisição do navio “Log-In Endurance”. Em paralelo, iniciamos um novo serviço da Navegação Costeira para o Paraguai. Tivemos, em julho, a atribuição de Rating ‘BBB+(bra)’ Estável pela Fitch Ratings. Nesse mesmo mês, iniciamos um processo de reestruturação organizacional, de sucessão bem definida, com a movimentação interna do novo CEO e migração do anterior para a Presidência de nosso Conselho de Administração, bem como da nova Diretoria Financeira focada no crescimento da Companhia. Um marco para a nossa história foi no mês de setembro, quando realizamos a renovação antecipada da Concessão do TVV até 2048. E, finalmente, em dezembro, encerramos o ano com recorde de disponibilidade operacional dos nossos navios, firmamos nossos primeiros contratos de Soluções 3PL e reduzimos acidentes rodoviários em 70% através da estruturação do plano de segurança intermodal.

Todas essas realizações somente foram possíveis graças a uma combinação de planejamento, disciplina financeira, competência operacional, trabalho duro e integrado de nossas equipes, incluindo o suporte de um plano robusto de clima organizacional e cuidado com os colaboradores, além do foco no cliente. Com o propósito de seguirmos implementando novas soluções logísticas, com foco total na segurança e eficiência operacional, temos certeza que, suportados por um time campeão, resiliente e comprometido para entregar os melhores resultados, seguiremos construindo relações rentáveis e sustentáveis.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

O ano de 2019 foi de muitas conquistas. Obtivemos resultados expressivos e atingimos os objetivos definidos para o período no âmbito financeiro e operacional. Atingimos recordes de Receita Líquida, que ultrapassou R$1 bilhão, e de EBITDA, que totalizou R$271 milhões no ano. Tivemos resultados relevantes também na quantidade de contêineres transportados em nossos navios, que chegou a 358 mil TEUs, e na movimentação de carga geral em nosso Terminal de Vila Velha, que superou 547 mil toneladas.

Em termos operacionais, encerramos o ano com algumas novidades. Obtivemos a marca histórica de zero acidente com perda de tempo em toda a nossa Frota. Este resultado reflete os

valores da nossa Companhia, priorizando a integridade e saúde das pessoas e do meio ambiente. Além disso, tivemos a entrada em operação do navio Log-In Polaris. O novo navio, construído na China e importado pela Log-In, fez seu primeiro embarque em 2 de dezembro de 2019. Com esse navio nacionalizado e pelo direito de tonelagem, tivemos a oportunidade de trazer outra embarcação, adquirida em março de 2020 pela Log-In GmbH, nossa subsidiária na Áustria, e fretá-la a casco nu para a Log-In no Brasil. Essas aquisições nos possibilitam substituir as embarcações afretadas por tempo da nossa frota e nos habilitam a gerar receitas de AFRMM para 100% da nossa frota na Cabotagem. Em paralelo, estamos avançados no processo de renovação do contrato de arrendamento do Terminal de Vila Velha, que já teve a aprovação para seu plano de investimento e está na fase final da documentação para assinatura entre as partes.

Na ótica financeira, implementamos iniciativas visando a otimização de nosso custo de capital, a redução do nível de alavancagem e o início da execução de nossos projetos de crescimento. Em meados de 2019, realizamos a 2ª emissão de debêntures, na qual captamos R$91 milhões para financiar a aquisição do navio Log-In Polaris, e ao final do ano concretizamos a oferta pública primária de ações ordinárias (follow-on), com a emissão de 43.700.000 novas ações e o aumento de capital no montante de R$634 milhões. Os recursos captados conferem à Log-In as condições para avançar no seu plano estratégico e consolidar seu posicionamento como provedor de soluções logísticas integradas e customizadas para atender as necessidades dos clientes em toda a sua cadeia logística.

Seguimos confiantes que, com os resultados atuais alcançados, aliados à capacidade de entrega do nosso time, continuaremos a construir uma Companhia eficiente, com segurança operacional, disciplina financeira e desenvolvendo relações rentáveis de longo prazo.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o EBITDA atingiu R$198,1 milhões. Se desconsiderarmos os impactos de eventos, como a recuperação de créditos de PIS/COFINS e a venda do TERCAM (Terminal de Camaçari), atingimos o EBITDA Ajustado de R$147,7 milhões.

Estes resultados são decorrentes da captura dos ganhos de eficiência provenientes do processo de reestruturação que foi iniciado em 2016. Neste período, a Companhia alcançou todas as suas metas relacionadas aos principais pilares deste processo: reestruturação das dívidas, capitalização, regularização de recebimentos do AFRMM, planejamento da frota e a captura de resultados gerados pelas otimizações realizadas no processo. Os ganhos de eficiência começaram a aparecer nos resultados da Companhia no ano de 2017, resultando num crescimento ininterrupto do EBITDA Ajustado trimestral desde o 2T17.

O mês de dezembro de 2018 foi um marco para a Companhia, pois no dia 28 foi lançado ao mar o navio Log-In Polaris, porta-contêineres construído no estaleiro “CSSC Guangzhou Wenchong Shipyard”, situado na China, com capacidade nominal de 2.700 TEUs.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

A Companhia solucionou questões que traziam elevadas incertezas para o negócio e avançou com as medidas de reestruturação iniciadas no ano anterior. Como resultado, a Companhia capturou ganhos do projeto de otimização, avançou na adequação do fluxo de amortização de dívidas à geração de caixa, obteve a liberação de processos atrasados e recebimentos tempestivos de AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) e definiu um novo plano de investimentos para a construção naval, mitigando substancialmente os riscos e trazendo previsibilidade para o planejamento de sua frota.

O EBITDA Ajustado totalizou R$ 68,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, superior em R$86,4 milhões ao valor negativo de R$18,0 milhões registrado em 2016, devido principalmente à captura dos resultados da reestruturação, com melhor desempenho em todos as unidades de negócios que atua: Navegação Costeira, Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV") e Terminais Intermodais. No quarto trimestre de 2017, foram atingidos números importantes em termos históricos. Considerando operações continuadas, a Companhia obteve sua maior Receita Líquida histórica (R$ 255,7 milhões) e os maiores EBITDA Ajustado (R$ 34,4 milhões) e Margem EBITDA Ajustada (13,4%) dos últimos três anos.

Os valores ajustados ao EBITDA de 2017 correspondem, principalmente, à constituição de provisão para perdas estimadas de ativos em construção (Impairment), no valor R$ 502,9 milhões, em função da rescisão do contrato de construção naval com estaleiro nacional. Sem os ajustes de fatos não recorrentes do exercício de 2017, o EBITDA apresentou o resultado negativo de R$ 442,7 milhões neste ano e de R$ 259,5 milhões positivo no ano anterior. Já o EBITDA Navegação (ex AFRMM e Veículos) totalizou R$ 39,0 milhões, 284,4% superior ao montante de R$10,2 milhões em 2016, principalmente, devido à captura de ganhos com o projeto de otimização operacional e com a simplificação organizacional da Companhia.

O crescimento dos volumes, somado às otimizações resultantes do processo de reestruturação, permitiram à Companhia alcançar importante expansão das margens.

Em relação ao novo plano para a construção naval, destacamos abaixo as principais iniciativas tomadas ao longo de 2017, que reduziram a incerteza quanto à execução dos investimentos e permitiram um planejamento consistente da frota para os próximos anos:

Em julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato relacionado ao projeto de construção de navios sob encomenda a estaleiro nacional, que se encontrava em recuperação judicial e constituiu provisão para perdas estimadas dos ativos que estavam em construção (cascos EI-506, EI-507 e EI-508).

Aquisição do navio porta-contêiner, Log-In Resiliente. Esta embarcação, com capacidade nominal de 2.714 TEUs, entrou em operação no mês de setembro substituindo o Log-In Amazônia (1.700 TEU), comercializado em junho de 2017.

Em novembro de 2017, em resposta à descontinuidade do projeto de construção naval, a Companhia havia firmado acordo para compra de navio porta-contêiner (Log-In Polaris), com capacidade nominal de 2.700 TEUs, o qual foi construído em estaleiro situado na China e iniciou suas operações em dezembro de 2019.

Além dos desafios elencados acima, vale destacar que, ainda no ano de 2017, a Companhia superou a pressão de investimentos e custos relacionados a um intenso ciclo de docagens plurianuais que incluiu três navios (Log-In Jacarandá, Log-In Jatobá e Log-In Pantanal). Como estas docagens são realizadas a cada cinco anos, a Companhia não terá os gastos decorrentes deste processo nos próximos anos, sendo que a próxima docagem será a do Log-In Resiliente que está prevista para 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional bruta totalizou R$ 953,2 milhões, superando em 9,3% o montante de R$ 872,3 milhões verificado no exercício anterior, principalmente devido à maior atividade no transporte de veículos em navios, o crescimento da movimentação no Terminal de Vila Velha e o maior volume de cargas na modalidade Feeder da Navegação. O Lucro Bruto no exercício de 2017 totalizou R$84,3 milhões, frente ao prejuízo R$ 4,0 milhões registrados no exercício de 2016. O crescimento reflete, principalmente, a expansão das margens verificada em todos os negócios da Companhia.

O resultado financeiro líquido correspondeu a uma despesa de R$ 153,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício anterior, o resultado financeiro líquido representou uma despesa de R$ 29,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida que consiste na soma dos financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, totalizava R$ 1.218,5 milhões, enquanto a dívida bruta correspondia a R$ 1.270,1 milhões, sendo 93% do montante a ser amortizado no longo prazo. Em 10 de novembro de 2017, conforme informado em fato relevante e dando continuidade aos esforços para renegociação de suas dívidas, a Companhia chegou a entendimentos para reestruturação de suas dívidas financeiras com o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. Foi repactuado um saldo de financiamentos no montante aproximado de R$ 490 milhões, alongando o prazo final de vencimento de maio de 2021 para maio de 2023 e ampliando de 20% para 60% do principal e a amortização a ser realizada apenas no prazo final, em maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida que consiste na soma dos financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) deduzido do caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, totalizava R$ 1.268,3 milhões; e a dívida bruta que consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), R$ 1.329,7 milhões.

O empenho para garantir melhores condições para o pagamento de dívidas é constante, portanto, vale informar também, como evento subsequente ao resultado, o reescalonamento de dívidas junto ao BNDES, deslocando o montante aproximado de R$ 55 milhões, que venceria entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020, para o período compreendido de janeiro de 2021 a junho de 2031.

Com estas renegociações, a Companhia avançou consideravelmente na readequação do perfil de sua dívida, equilibrando a geração de caixa com suas obrigações financeiras.

b) Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$353,8 milhões, a dívida bruta era de R$1.395,2 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescido de aplicações financeiras era de R$709,7 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$685,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$317,0 milhões, a dívida bruta era de R$1.256,6 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescido de aplicações financeiras era de R$663,5 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$593,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$354,6 milhões negativos, a dívida bruta era de R$1.258,3 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescido de aplicações financeiras era de R$23,3 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$1.235,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido totalizava R$393,2 milhões negativos, a dívida bruta era de R$1.270,1 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescido de aplicações financeiras era de R$51,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$1.218,5 milhões.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, era de R$1.312,5 milhões, líquido dos custos diretos de emissão de ações, e representado por 105.489.191 ações, sendo que 1.218.772 ações estavam em tesouraria.

O capital foi aumentado em R$3,1 milhões, mediante a emissão de 1.290.000 ações, em decorrência do exercício de opções de compra de ações da Companhia por beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações (Stock Option) aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2020.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A gestão do capital da Log-In visa assegurar a continuidade de suas atividades e preservar sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros, ao mesmo tempo que busca maximizar o retorno para as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de eventuais oportunidades comerciais.

A Companhia possui prazo final para amortização das dívidas com o BNDES até 2034 e com outros bancos até 2023. São envidados esforços constantes visando melhores condições de pagamento e o equilíbrio entre geração de caixa e o fluxo de pagamentos de obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 a posição em caixa era de R$709,7 milhões, enquanto a dívida bruta somava R$1.395,2 milhões. Estes valores montavam, respectivamente, R$663,5 milhões

e R$1.256,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 17,0 milhões e R$ 1.259,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de captação de recursos da Companhia foram financiamentos contratados junto ao BNDES, com recursos do FM ("Fundo da Marinha Mercante"), que correspondiam a 62% da dívida bruta em 31 de dezembro de 2010. Estes financiamentos foram contratados para o projeto de construção de navios em estaleiro brasileiro, que foi rescindido em 2017, junto ao estaleiro contratado que se encontrava em recuperação judicial.

Em junho de 2020, a Companhia realizou sua 3ª Emissão de Debêntures com a finalidade de recompor o caixa da Companhia em virtude da aquisição do navio Log-In Endurance. A emissão teve o valor total de R$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020.

Em novembro de 2019, a Companhia captou através de oferta pública primária de ações o montante de R$633,7 milhões.

Para financiar o capital de giro, a Log-In tem utilizado recursos próprios e sua geração de caixa operacional.

Em 2018, no contexto da reestruturação de dívidas, foi realizado aumento de capital privado no montante de R$26,0 milhões. Também foram captados recursos por meio de contratos financeiros para a manutenção das disponibilidades de caixa em nível apropriado ao desempenho das atividades.

Dívida (R$ Milhões)	31/12/2020		Total	31/12/2019		Total	31/12/2018		Total
	Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo	
Financiamentos e empréstimos	117,2	1.113,5	1.230,8	96,1	1.072,6	1.168,7	107,4	1.150,9	1.258,3
Debêntures	15,6	148,8	164,3	2,7	85,1	87,9	-	-	-
TOTAL	**132,8**	**1.262,3**	**1.395,2**	**98,8**	**1.157,8**	**1.256,6**	**107,4**	**1.150,9**	**1.258,3**

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As informações sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez são apresentadas na alínea (f) abaixo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia mantém um balanço com dívida bruta (empréstimos, financiamentos e debêntures) de R$1.395,2 milhões, sendo 91% deste montante com vencimento no longo prazo e uma posição em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de R$709,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Deste endividamento, R$884,5 milhões referem-se ao

financiamento da construção naval, com recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM), repassados através do BNDES, capital de giro (R$346,2 milhões) e Debêntures (R$164,3milhões).

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamentos e Empréstimos

Em milhares de reais	Saldos em 31.12.2018	Saldos em 31.12.2019	Adição	Baixa por transferência	Encargos financeiros	Amortização		Saldos em 31.12.2020
						Principal	Encargos	
Construção de embarcações (FMM/BNDES)	808.658	783.606	-	-	149.864	- 29.649	- 19.319	884.502
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)	812	-	-	-	-	-	-	-
Capital de giro (instituições financeiras)	432.594	385.096	-	-	13.763	- 38.512	- 14.089	346.259
Operações de "lease"	16.260	-	-	-	-	-	-	-
	1.258.324	1.168.702	-	-	163.627	- 68.160	- 33.408	1.230.761

Seguem abaixo as descrições dos financiamentos e empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2020:

a) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

A Companhia contratou, junto FMM/BNDES, linhas de crédito para a construção de navios no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"). Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-conteiners) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Os saldos devedores dos Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano. As embarcações (cascos 504 e 505) construídas e em operação e as em embarcações em construção (cascos 506, 507, 508) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau.

		Em milhares de reais
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	**Vencimento da última prestação**	**30.12.2020**

Casco EI-504-Subcrédito A	jun/31	71.181
Casco EI-504-Subcrédito A-Suplementar	jun/31	6.625
Casco EI-505-Subcrédito A	set/30	68.540
Casco EI-505-Subcrédito A-Suplementar	set/30	6.434
Casco EI-506-Subcrédito A	mar/32	124.179
Casco EI-507-Subcrédito A	out/33	86.886
Casco EI-508-Subcrédito A	abr/34	92.763
	Valores indexados à TJLP	456.608
Casco EI-504-Subcrédito B	jun/31	80.133
Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar	jun/31	6.749
Casco EI-505-Subcrédito B	set/30	75.090
Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar	set/30	6.522
Casco EI-506-Subcrédito B	mar/32	100.983
Casco EI-507-Subcrédito B	out/33	102.161
Casco EI-508-Subcrédito B	abr/34	56.256
	Valores indexados à US$	427.894

Fundo da Marinha Mercante (FMM)	**Vencimento da última prestação**	**Em milhares de reais** **30.12.2019**
Casco EI-504-Subcrédito A	jun/31	69.252
Casco EI-504-Subcrédito A-Suplementar	jun/31	6.446
Casco EI-505-Subcrédito A	set/30	66.774
Casco EI-505-Subcrédito A-Suplementar	set/30	6.268
Casco EI-506-Subcrédito A	mar/32	123.768
Casco EI-507-Subcrédito A	out/33	86.161
Casco EI-508-Subcrédito A	abr/34	91.864
	Valores indexados à TJLP	450.533
Casco EI-504-Subcrédito B	jun/31	60.774
Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar	jun/31	5.167
Casco EI-505-Subcrédito B	set/30	57.516

Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar	set/30	4.997
Casco EI-506-Subcrédito B	mar/32	79.927
Casco EI-507-Subcrédito B	out/33	80.451
Casco EI-508-Subcrédito B	abr/34	44.241
	Valores indexados à US$	333.073
		783.606

Seguem as garantias concedidas junto aos financiamentos do BNDES/FMM:

a. 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
b. 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
c. Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505) e;
d. Fiança bancária no valor de face de R$6.318 mil (cascos 506, 507 e 508).

b) Capital de giro e investimentos correntes

O crédito da Companhia destinado a capital de giro e investimentos correntes é composto conforme quadro abaixo:

Empresa	Banco	Contrato	Moeda	Taxa ao ano	Vencimento	Saldo Atual 31/12/2020	Garantias	
							Bilaterais	Compartilhada
Log-In	Banco do Brasil	340001301 e 340001302	R$	130% do CDI	maio-23	169.611.097	Recebíveis de Clientes	
Log-In	Banco Bradesco	0454 09009 60	R$	130% do CDI	maio-23	66.030.905	Recebíveis de Clientes	
Log-In	Banco Itaú	100116020011000	R$	CDI + 1%	maio-23	20.248.284	Não há	48,85% das Ações do TVV
Log-In	Jive	N/A	R$	130% do CDI	agosto-23	42.517.357	Não há	
TVV	Banco do Brasil	340001303	R$	130% do CDI	maio-23	884.758	Não Há	
TVV	Banco Itaú	1066 160 20001 900	R$	CDI + 1%	maio-23	46.966.821	Não há	
					Total	**346.259.222**		

Sobre essas linhas de créditos incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, de 134,39% em média, em 31 de dezembro de 2019 (128,6%, em média, em 31 de dezembro de 2018).

Seguem as garantias concedidas junto aos empréstimos de capital de giro:

a. 49,85% das ações do TVV;
b. Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes;

c) Operação de sale and lease back

Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina, no montante de US$5.100 mil, tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM Log-In Resiliente LLC, pertencente à instituição financeira Bailrigg Leasing No.3 Limited (Londres, Inglaterra).

A Log-In GmbH detém a propriedade e os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bailrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US$60 mil cada, acrescida de juros anuais pro rata pela Libor, conforme contrato pactuado entra as partes; e (ii) pagamento final de US$1.500 mil (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá

obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato. Os valores foram transferidos para obrigações com arrendamento mercantil.

d) Debêntures

Em milhares de reais:	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2018	Saldos em 31.12.2019	Adição	Encargos financeiros	Amortização		Saldos em 31.12.2020
						Principal	Encargos	
Debêntures	20.122	-	91.087	71.400	15.288	-2.757	-10.672	164.346
Custos de captação	-	-	-3.197	-1.809	-	-	-	-5.006
Total	**20.122**	**-**	**87.890**	**69.591**	**15.288**	**-2.757**	**-10.672**	**159.340**

Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R$90 milhões, tendo sido subscrito o montante de R$65 milhões em 25 de junho de 2019 e R$25 milhões em 5 de agosto de 2019. A emissão teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela do Log-In Polaris e os respectivos custos de importação. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, constituída por 90 (noventa mil debêntures), com valor nominal unitário de R$1 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas mensais, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, de 10 (dez) anos contados da data de emissão em 21 de junho de 2019.

Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentos mil debêntures), com valor nominal unitário de R$1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020.

As debêntures foram emitidas com as seguintes garantias reais:

Debêntures - 2ª Emissão

- alienação fiduciária do navio Polaris.

- cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 3ª Emissão

♣ Alienação fiduciária do navio Endurance; e

♣ Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes

Em 05 de agosto de 2019, foi finalizada a subscrição da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, a qual somou R$90 milhões e teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela do navio Log-In Polaris, quitado em 1º julho de 2019, e os respectivos custos de importação da embarcação que vai operar nos serviços de cabotagem.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de seu resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, conforme previsto na escritura de Emissão, as debêntures serão amortizadas em parcelas mensais, devidas todo o dia 21 de cada mês, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, de 10 (dez) anos contados da data de Emissão de 21 de junho de 2019.

O valor nominal unitário das debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA ("Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo"), e, sobre este valor atualizado, incidirão juros remuneratórios prefixados de 10% (dez por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*" por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração, pagos mensalmente.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras, devido ao financiamento de ativos até 2034, principalmente, embarcações junto ao FMM e ao BNDES e também, em função do financiamento de capital de giro com prazo final de amortização em 2023 junto às instituições: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, JIVE e Bradesco.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia possui financiamentos para construção de embarcações junto ao BNDES, contraídos com garantia real. Exceto pelos financiamentos junto ao BNDES, todas as demais dívidas da Companhia são quirografárias, não havendo subordinação entre elas.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Financiamentos e Empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia preveem as seguintes restrições:

- **RESTRIÇÕES À ALTERAÇÃO DO CONTROLE, DIRETO OU INDIRETO, DA COMPANHIA;**
- **RESTRIÇÕES À ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA TVV TERMINAL DE VILA VELHA S.A. E/OU DA COMPANHIA, QUE IMPLIQUE EM MUDANÇA, TRANSFERÊNCIA OU A CESSÃO, DIRETA OU INDIRETA, DO CONTROLE SOCIETÁRIO/ACIONÁRIO, CONFORME DEFINIDO NO ART. 116 DA LEI. 6.404 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, CONFORME ALTERADA, INCLUSIVE POR MEIO DE ACORDO DE ACIONISTAS OU COMO RESULTADO DE QUALQUER REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA TVV E/OU DA COMPANHIA, SEJA POR MEIO DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, SEM A PRÉVIA E EXPRESSA ANUÊNCIA DOS CREDORES**
- **RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO E ONERAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE DA COMPANHIA, SALVO QUANDO SE TRATAR: A) DE BENS INSERVÍVEIS OU OBSOLETOS; OU B) DE BENS QUE SEJAM SUBSTITUÍDOS POR NOVOS DE IDÊNTICA FINALIDADE;**
- **RESTRIÇÕES À VENDA, TRANSFERÊNCIA, CESSÃO, ALIENAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE QUAISQUER ATIVOS DA TVV E DA COMPANHIA, SEM A PRÉVIA E EXPRESSA ANUÊNCIA DE TODOS OS CREDORES, EXCETO SE (A) O VALOR DE ATIVOS A SEREM VENDIDOS OU TRANSFERIDOS SEJA, DE FORMA INDIVIDUAL OU AGREGADA, IGUAL OU INFERIOR A R$10 MILHÕES, A CADA PERÍODO DE 12 MESES E (B) OS RECURSOS RECEBIDOS COM ESSA DISPOSIÇÃO SEJAM INTEGRALMENTE UTILIZADOS PARA SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE ATIVOS OPERACIONAIS DA TVV E/OU DA COMPANHIA E/OU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.**
- **RESTRIÇÕES A CONCESSÕES DE PREFERÊNCIA A OUTROS CRÉDITOS, AMORTIZAÇÃO DE AÇÕES, EMISSÃO DEBÊNTURES E PARTES BENEFICIÁRIAS E ASSUNÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, COM EXCEÇÃO DE, OBSERVADOS OS LIMITES PREVISTOS NOS CONTRATOS FINANCEIROS: A) OS EMPRÉSTIMOS PARA ATENDER AOS NEGÓCIOS DE GESTÃO ORDINÁRIA DA COMPANHIA OU COM A FINALIDADE DE MERA REPOSIÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL; E B) OS DESCONTOS DE EFEITOS COMERCIAIS DE QUE A COMPANHIA SEJA TITULAR, RESULTANTES DE VENDA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; E**
- **RESTRIÇÕES À DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS E/OU REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS DE JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO, ACIMA DO LIMITE DE 25% DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO, E À TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS PROVENIENTES DE REDUÇÃO DE CAPITAL OU VALORES DE QUALQUER OUTRA NATUREZA A QUALQUER ACIONISTA, SEM A PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DE TODOS OS CREDORES.**

Além disso os contratos de financiamento e empréstimos da Companhia preveem cláusulas de vencimento cruzado (*cross default*).

Os financiamentos contratados junto ao BNDES obrigam a Companhia a manter:

(i) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula ICD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício)*;* em 2019 e em 2018, a Companhia atendeu esse índice do serviço da dívida.

(ii) Índice Dívida Líquida/EBITDA (conforme definidos nos respectivos contratos) menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação

do contrato, calculado ao final de cada exercício; a Companhia atendeu esse índice do serviço da dívida nos três últimos exercício.

No exercício de 2017, a Companhia não havia atendido ao limite mínimo de ICD, não atingindo as coberturas mínimas. Foi obtida junto ao BNDES a dispensa do cumprimento das cláusulas de desempenho financeiro relativas àqueles exercícios sociais.

Os financiamentos contratados junto aos bancos comerciais obrigam a Companhia a manter:
No exercício de 2019, a Companhia se obrigou a manter junto a instituições financeiras (Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A) Índice Dívida Líquida/EBTIDA não superior a 5,0 (Companhia).

Com relação ao Terminal de Vila Velha (TVV), a empresa se obriga a manter junto às instituições financeiras citadas acima, calculado ao final de cada semestre, de acordo com o índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA não superior a 2,5 e para cálculo desse índice é considerado o EBITDA apenas do TVV.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atingiu os índices de *covenants* das linhas de financiamento junto com o BNDES.

Ainda, a Companhia se obrigou a manter junto a instituições financeiras (Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A):

Índice Dívida Líquida[(1)]/EBTIDA[(2)] não superior a		
	Companhia	**TVV [(3)]**
4T2017 e 2T2018	8x	2,5x
4T2018 e 2T2019	5x	2,5x
4T2019 e 2T2020	4x	2,5x
4T2020 e 2T2021	3,5x	2,5x
4T2021 e 2T2022	3x	2,5x
4T2022 em diante	2,5x	2,5x

(1) Dívida Líquida para fins de covenants: valor da dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), e excluída a dívida junto ao BNDES.

(2) EBITDA para fins de covenants: resultado relativo aos 12 meses anteriores à data da apuração, antes da receita do adicional ao frete para renovação da marinha mercante – AFRMM, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional**, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

(3) Os indicadores apresentados possuem bases diferentes de cálculo, sendo o EBITDA da Companhia calculado sem considerar o AFRMM e o EBTIDA do TVV, sem ajustes.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não atendeu aos limites determinados e as instituições financeiras dispensaram-na do cumprimento das cláusulas de desempenho financeiro relativas àqueles exercícios sociais. No exercício de 2018 e até 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento com tais limites.

**Entende-se como resultado não operacional para fins de covenants: venda de ativos, provisões/reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; *impairment,* ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito de caixa) e despesas pontuais de reestruturação.

Debêntures

Debêntures - 2ª Emissão ♣ Dívida Líquida/EBITDA não superior a 6,0. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. O EBITDA utilizado para cálculo do índice não considera o resultado não operacional; entende-se como resultado não operacional: venda de ativos, provisões/ reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo, impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas reestruturação. O índice é calculado ao final de cada trimestre.

Debêntures - 3ª Emissão ♣ Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional; ♣ EBITDA/Despesa Financeira não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional; ♣ Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não superior a 4,7. O Patrimônio Líquido representa os valores que os acionistas detêm na empresa relativos ao último período apurado; ♣ Os índices são calculados ao final de cada trimestre, a partir de junho de 2020

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de crédio pré-aprovados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Em 2017, havia uma linha de crédito junto ao BNDES que foi finalizada com a resscisão do Contrato de Contrução de Navios junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA) e não captou novos recursos junto ao FMM/BNDES relacionados ao projeto, dado o seu cenário de atraso, risco de execução e a recuperação judicial do estaleiro.

A liberação de recurso era condicionada à comprovação dos gastos e ao correspondente avanço físico das obras. Pelas discussões havidas com sua assessoria legal, com os credores em geral e com o BNDES em particular, a rescisão do contrato em função do inadimplemento do Estaleiro EISA não acarretou vencimento antecipado dos empréstimos contraídos, os quais a Companhia continuou a servir.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, respectivamente. Os números estão em R$ mil, exceto quando se tratam de percentuais (%).

Demonstrações dos Resultados

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

	Consolidado				
	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Operações continuadas					
Receita líquida	1.126.179	100%	1.052.204	100%	7%
Custo dos serviços prestados	(893.277)	- 79%	(854.222)	- 81%	5%
LUCRO BRUTO	232.902	21%	197.982	19%	18%
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	49.354	4%	49.522	5%	0%
Despesas administrativas e comerciais	(101.883)	- 9%	(89.126)	- 8%	14%
Recuperação de indébitos fiscais	269	0%	4.828	0%	- 94%
Outras receitas (despesas), líquidas	12.118	1%	9.277	1%	31%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	192.760	17%	172.483	16%	12%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21.465	2%	5.856	1%	267%
Despesas financeiras	(114.838)	- 10%	(128.212)	- 12%	- 10%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(120.911)	- 11%	(24.429)	- 2%	395%
	(214.284)	- 19%	(146.785)	- 14%	46%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(21.524)	- 2%	25.698	2%	- 184%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(29.723)	- 3%	(32.947)	- 3%	- 10%
Diferido	64.247	6%	18.406	2%	249%
	34.524	3%	(14.541)	- 1%	- 337%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**13.000**	**1%**	**11.157**	**1%**	**17%**

Receita líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida da Companhia aumentou 7% ou R$73.975 mil, passando de R$1.052.204 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R$1.126.179 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao crescimento no volume transportado na cabotagem.

Custo dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 5% ou R$39.055 mil, passando de R$854.222 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R$893.277 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à contratação de tripulação para as novas embarcações, além de tripulação extra para manter a operação caso ocorra uma contaminação pelo COVID 19, acompanhada pelo discreto aumento do custo com óleo combustível (bunker), uma vez que o aumento do dólar foi em boa parte amenizado pela redução do custo do barril do petróleo.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto da Companhia aumentou 18% ou R$34.920 mil, passando de R$197.982 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R$232.902 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Administrativas e comerciais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas administrativas e comerciais da Companhia aumentaram 14% ou R$12.757 mil, passando de R$89.126 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R$101.883 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente devido a antecipação do 1º programa de opção de ações (ILP), um evento não recorrente.

Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido

O lucro operacional antes do resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R$20.277 mil ou aumento de 12%, representando um lucro operacional de R$192.760 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um lucro operacional de R$172.483 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu devido aos fatos acima descritos.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido negativo da Companhia apresentou uma variação de R$67.499 mil ou aumento de 46%, representando um resultado financeiro líquido negativo de R$214.284 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um resultado líquido negativo de R$146.785 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos descritos abaixo.

Receitas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras aplicadas da Companhia aumentaram 267% ou R$15.609 mil, passando de R$5.856 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R$21.465 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos rendimentos da aplicação financeira dos recursos oriundos da oferta de ações (“Follow on”) realizada em 2019.

A Companhia está preservando os recursos do Follow-on realizado em 2019, devido a pandemia, uma vez que a disciplina financeira e a consequente preservação do caixa são extremamente importantes para a evolução saudável dos negócios, e neste contexto está reavaliando o seu projeto de crescimento em função dos desdobramentos da crise econômica provocada pela pandemia da COVID19.

Despesas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas financeiras aplicadas da Companhia reduziram 10% ou R$13.374 mil, passando de R$128.212 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R$114.838 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a redução dos indexadores vinculados aos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para construção de

embarcações, no percentual de 1,02%aa (TJLP) e de 2,50%(CDI).

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias, cambiais, líquidas da Companhia apresentaram uma variação de R$96.482 mil ou um aumento de 395%, representando uma perda de R$120.911 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma perda de R$24.429 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da desvalorização do Real de 29% (R$5,1967 em 31/12/2020 versus R$4,0307 em 31/12/19).

Destacamos que o efeito caixa em 2020 foi baixo por termos empréstimos e financiamentos indexados à moeda estrangeira e de longo prazo, gerando uma variação cambial não realizada (sem efeito caixa) relevante. Adicionalmente, ressaltamos que o enquadramento ao Standstill COVID-19 deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), resultou na postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril de 2020 até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de embarcações. O montante de aproximadamente R$50 milhões será capitalizado e pago dentro do prazo remanescente do contrato, obedecendo o cronograma de pagamento de cada contrato.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R$47.222 mil ou aumento de 184%, representando um prejuízo de R$21.524 mil no exercício social findo em 30 de dezembro de 2020, comparado a ao lucro de R$25.698 mil no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos acima descritos.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu R$49.065 mil ou 337%, alcançando uma receita de R$34.524 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a uma despesa de R$14.451 mil exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de créditos de com IR/CSLL Diferidos conforme atualização estudo técnico (Plano de Negócios) -aprovado pelo Conselho de Administração do grupo Log-In - corroborando a expectativa de rentabilidade futura e a realização destes ativos fiscais nos próximos dez exercícios sociais.

Lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro da Companhia aumentou em 17% ou R$1.843 mil, passando de R$11.157 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R$13.000 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

	Consolidado				
	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2019	AV	2018	AV	AH
Operações continuadas					
Receita líquida	1.052.204	100%	977.433	100%	8%

Custo dos serviços prestados	(854.222)	- 81%	(843.560)	- 86%	1%
LUCRO BRUTO	197.982	19%	133.873	14%	48%
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	49.522	5%	31.341	3%	58%
Despesas administrativas e comerciais[1]	(89.126)	- 8%	(78.318)	- 8%	14%
Recuperação de indébitos fiscais	4.828	0%	38.257	4%	- 87%
Outras receitas (despesas), líquidas	9.277	1%	(2.914)	0%	- 418%
Resultado na alienação de bens do ativo não circulante	-	0%	12.096	1%	- 100%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	172.483	16%	134.335	14%	28%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	5.856	1%	48.729	5%	- 88%
Despesas financeiras	(128.212)	- 12%	(129.599)	- 13%	- 1%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(24.429)	- 2%	(50.803)	- 5%	- 52%
	(146.785)	- 14%	(131.673)	- 13%	11%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	25.698	2%	2.662	0%	865%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(32.947)	- 3%	(9.242)	- 1%	256%
Diferido	18.406	2%	12.654	1%	45%
	(14.541)	- 1%	3.412	0%	- 526%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**11.157**	**1%**	**6.074**	**1%**	**84%**

[1] Para fins de apresentação das demonstrações financeiras auditadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as linhas "Reversão (constituição) provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais" e "Reversão (constituição) provisões administrativas e para perdas estimadas de recebíveis" foram incorporadas à linha "Despesas administrativas e comerciais".

Receita líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 8% ou R$74.771 mil, passando de R$977.433 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R$1.052.204 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao crescimento no volume transportado na cabotagem.

Custo dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 1% ou R$10.662 mil, passando de R$843.560 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R$854.222 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu devido ao aumento da capacidade transportada no período, acompanhada pelo aumento dos custos variáveis (basicamente, transporte rodoviário e handling), além do aumento do valor médio do bunker.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Companhia aumentou 48% ou R$64.109 mil, passando de R$133.873 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R$197.982 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Administrativas e comerciais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas administrativas e comerciais da Companhia aumentaram 14% ou R$10.808 mil, passando de R$78.318 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R$89.126 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente devido à expansão da Diretoria de

Gente e Gestão criada em junho de 2018 e à criação das Diretorias de Transformação e de Atendimento em 2019, para implementação de projetos estratégicos que visam o crescimento da Companhia.

Recursos com subvenção-AFRMM aplicados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os recursos com subvenção-AFRMM aplicados da Companhia aumentaram 58% ou R$18.181 mil, passando de R$31.341 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R$49.522 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu devido ao aumento do volume transportado de cabotagem, com geração de AFRMM no exercício corrente.

Recuperação de indébitos fiscais

A recuperação de indébitos fiscais, reduziu 87%, perfazendo o total de R$4.828 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$38.257 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação de R$33.429 mil ocorreu, principalmente, porque em 2018 uma das controladas da Companhia registrou créditos extemporâneos devido ao pagamento de PIS/COFINS sobre serviços prestados por armadores estrangeiros.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, reduziram 418%, alcançando receita de R$9.277 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a despesa de R$2.914 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação de R$12.191 mil ocorreu, principalmente, devido à reversão de outras provisões operacionais.

Resultado na alienação de bens do ativo não circulante

O resultado na alienação de bens do ativo não circulante reduziu 100%, pois no exercício de 2018 a Log-In efetuou o pagamento parcial da dívida existente junto ao Banco Santander, por meio de instrumento definitivo de Dação em Pagamento do seu ativo denominado Terminal de Camaçari (TERCAM) no valor líquido de R$ 12.096 mil. O TERCAM foi dado em alienação fiduciária ao Banco Santander, em garantia de operações financeiras formalizadas em 2015.

Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido

O lucro operacional antes do resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R$38.148 mil ou aumento de 28%, representando um lucro operacional de R$172.483 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um lucro operacional de R$134.335 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu devido aos fatos acima descritos.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido negativo da Companhia apresentou uma variação de R$15.112 mil ou aumento de 11%, representando um resultado financeiro líquido negativo de R$146.785 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado líquido negativo de R$131.673 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos descritos abaixo.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma variação de R$42.873 mil ou redução de 88%, representando uma receita financeira de R$5.856 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma receita financeira de R$48.729 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a atualização monetária reconhecida em 2018 decorrente dos créditos extemporâneos pelo pagamento de PIS/COFINS sobre serviços prestados por armadores estrangeiros.

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias, cambiais, líquidas da Companhia apresentaram uma variação de R$26.374 mil ou uma redução de 52%, representando perda de R$24.429 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a perda de R$50.803 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à quitação em 2019 de parte dos empréstimos obtidos em moeda estrangeira com o BNDES.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R$23.036 mil ou aumento de 865%, representando um lucro de R$25.698 mil no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019, comparado a ao lucro de R$2.662 mil no exercício social findo em 30 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos acima descritos.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou R$17.953 mil ou 526%, alcançando uma despesa de R$14.541 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado a uma receita de R$3.412 mil exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de despesas com IR/CSLL sobre os gastos com a emissão de ações (“Follow on”) no exercício corrente.

Lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro da Companhia aumentou em 84% ou R$5.083 mil, passando de R$6.074 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R$11.157 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	Consolidado				
	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2018	AV	2017	AV	AH
Operações continuadas					
Receita líquida	977.433	100%	872.172	100%	12%
Custo dos serviços prestados	(843.560)	- 86%	(787.852)	- 90%	7%
LUCRO BRUTO	133.873	14%	84.320	10%	59%
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	31.341	3%	22.916	3%	37%
Despesas administrativas e comerciais[1]	(78.318)	- 8%	(97.354)	- 11%	- 20%
Recuperação de indébitos fiscais	38.257	4%	4.794	1%	698%
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.914)	0%	(581)	0%	402%

Resultado líquido com alienação de bens	-	-	(32.665)	- 4%	-
Resultado na alienação de bens do ativo não circulante	12.096	1%	21.820	3%	- 45%
Provisão para perdas estimadas com embarcações em construção	-	-	(502.928)	-58%	0%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	134.335	14%	(499.678)	- 57%	- 127%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	48.729	5%	65.518	8%	- 26%
Despesas financeiras	(129.599)	- 13%	(220.035)	- 25%	- 41%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(50.803)	- 5%	1.283	0%	- 4060%
	(131.673)	- 13%	(153.234)	- 18%	- 14%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.662	0%	(652.912)	- 75%	- 100%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(9.242)	- 1%	(12.890)	- 1%	- 28%
Diferido	12.654	1%	58.933	7%	- 79%
	3.412	0%	46.043	5%	- 93%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.074**	**1%**	**(606.869)**	**- 70%**	**- 101%**

[1] Para fins de apresentação das demonstrações financeiras auditadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as linhas "Reversão (constituição) provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais" e "Reversão (constituição) provisões administrativas e para perdas estimadas de recebíveis" foram incorporadas à linha "Despesas administrativas e comerciais".

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 12% ou R$105.261 mil, passando de R$872.172 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$977.433 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao incremento na receita com fretes no mercado nacional, com base no aumento de 13% no volume transportado na cabotagem.

Custo dos fretes e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos dos fretes e serviços prestados da Companhia aumentaram 7% ou R$55.708 mil, passando de R$787.852 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$843.560 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu devido ao aumento da capacidade transportada no período, acompanhada pelo aumento dos custos variáveis (basicamente, transporte rodoviário e *handling*), além aumento do valor médio do bunker.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia aumentou 59% ou R$49.553 mil, passando de receita de R$84.320 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para receita de R$133.873 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Receitas (despesas) operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado operacional da Companhia diminuiu 89% ou R$91.256 mil, passando de despesa operacional de R$102.890 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para despesa operacional de R$11.634 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu

devido aos fatores mencionados abaixo.

Administrativas e comerciais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas administrativas e comerciais da Companhia diminuíram 4% ou R$3.024 mil, passando de R$74.968 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$71.944 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à redução do quadro de funcionários.

Recursos com subvenção-AFRMM aplicados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os recursos com subvenção-AFRMM aplicados da Companhia aumentaram 37% ou R$8.425 mil, passando de R$22.916 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$31.341 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido ao aumento de transportes marítimos na cabotagem realizados em 2018, com geração desta subvenção.

Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a reversão de provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais da Companhia diminuiu 540% ou R$8.621 mil, passando de R$1.596 mil negativo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$7.025 mil positivo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a reversão de provisões trabalhistas cujo prognóstico de risco de perda foi revisto e atualizado de provável para possível, em 2018.

Recursos com outras subvenções de créditos fiscais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os recursos com outras subvenções de créditos fiscais da Companhia correspondiam a R$2.296 mil, devido ao reconhecimento de subvenção de créditos de ICMS conforme Lei Complementar nº 160/2017 (art. 9). Não houve registro de recursos com outras subvenções de créditos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Provisões administrativas e para perdas estimadas de recebíveis

As provisões administrativas e para perdas estimadas de recebíveis da Companhia, reduziram R$5.095 mil, ou seja, 25%, alcançando R$15.695 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$20.790 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a reversão de provisões para perda constituídas com o Estaleiro da Ilha (EISA) e com recebíveis junto a coligada Log.Star.

Recuperação de indébitos fiscais (contribuições sociais)

A rubrica de recuperação de indébitos fiscais, aumentou R$33.463 mil, ou seja, 698%, alcançando R$38.257 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$4.794 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à venda em 2017 da embarcação Log-In Amazônia de propriedade de sua controlada Log-In International GmbH.

Resultado líquido com alienação de bens

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve resultado líquido com alienação de bens**.** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 o resultado líquido negativo com alienação de bens correspondeu a R$32.665 mil, principalmente, devido à venda em 2017 da embarcação Log-In Amazônia de propriedade de sua controlada Log-In International GmbH.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as outras despesas operacionais, aumentaram 402%, alcançando R$2.914 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$581 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de despesas com a controlada Log-In International Gmbh.

Resultado mensurado com ativos não circulante-bens alienados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado mensurado com ativos não circulante – bens alienados reduziu R$9.724 mil, ou seja 45%, alcançando R$12.096 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$21.820 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu, devido ao reconhecimento da receita de *"take or pay"* com base no contrato de transporte com a Alunorte-Alumina do Norte S.A. no exercício de 2017.

Provisão para perdas estimadas com embarcações em construção

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve a provisão para perdas estimadas com construção de embarcações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a provisão para perdas estimadas com construção de embarcações correspondeu a R$502.928 mil, devido ao reconhecimento em 2017 de *Impairment* decorrente da construção de três embarcações devido a recuperação judicial do Estaleiro Ilha S.A. (EISA).

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro líquido

O lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R$634.013 mil ou redução de 127%, representando um prejuízo operacional de R$499.678 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado um lucro operacional de R$134.335 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu devido aos fatos acima descritos.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido negativo da Companhia apresentou uma variação de R$21.561 mil ou redução de 14%, representando um resultado financeiro líquido negativo de R$153.234 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um resultado líquido negativo de R$131.673 mil exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

Receitas financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as receitas financeiras da

Companhia apresentaram uma variação de R$16.789 mil ou redução de 26%, representando uma receita financeira de R$48.729 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma receita financeira de R$65.518 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a descontinuidade de operações de swap atreladas ao CDI (USD), atenuada parcialmente pelo reconhecimento de juros incidentes sobre tributos a recuperar.

Despesas financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas financeiras da Companhia apresentaram uma variação de R$90.436 mil ou redução de 41%, representando uma despesa financeira de R$129.599 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma despesa financeira de R$220.035 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a descontinuidade, por motivo de quitação -de operações de swap atreladas ao CDI (USD), sem recorrência de encargos no período.

Variações monetárias e cambiais, líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as variações monetárias, cambiais, líquidas da Companhia apresentaram uma variação de R$52.086 mil ou redução de 4060% representando uma perda de R$50.803 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma receita financeira de R$1.283 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos empréstimos indexados em moeda estrangeira (USD).

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R$655.574 mil ou redução de 100%, representando um LAIR (lucro antes do imposto de renda e contribuição social) de R$2.662 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um prejuízo de R$652.912 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R$42.631 mil ou redução de 93%, representando R$3.412 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$46.043 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

Corrente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a despesa com imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia reduziu R$3.648 mil ou 28%, alcançando R$9.242 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$12.890 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao impacto do reconhecimento dos créditos fiscais no exercício de 2018.

Diferido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia reduziu R$46.279 mil ou 79%, alcançando R$12.654 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$58.933 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de IR/CSLL (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido) diferidos em 2017 sobre o *Impairment*, decorrente da recuperação judicial do Estaleiro Ilha S.A. (EISA) e ruptura do contrato de construção de três embarcações.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro (prejuízo) líquido do exercício da Companhia apresentou uma variação de R$612.943 mil ou aumento de 101%, representando um lucro de R$6.074 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a ao prejuízo de R$606.869 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Balanço Patrimonial

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

	Consolidado				
	31.12.2020	AV	31.12.2019	AV	AH
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	101.337	5%	55.315	3%	83%
Aplicações financeiras	608.334	28%	608.167	32%	0%
Contas a receber de clientes	204.941	9%	145.484	8%	41%
Estoques	22.229	1%	21.463	1%	4%
Tributos a recuperar ou compensar	49.363	2%	54.780	3%	-10%
Fundo da marinha mercante – AFRMM	15.688	1%	14.027	1%	12%
Sinistros a recuperar	41.964	2%	1.201	0%	3394%
Outros ativos circulantes	14.931	1%	12.375	1%	21%
Total dos ativos circulantes	1.058.787	48%	912.812	48%	16%
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	3.878	0%	10.805	1%	-64%
Fundo da marinha mercante – AFRMM	16.030	1%	13.887	1%	15%
Tributos a recuperar ou compensar	16.780	1%	34.513	2%	-51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.964	11%	171.752	9%	39%
Depósitos judiciais	19.881	1%	36.633	2%	-46%
Outros ativos não circulantes	14	0%	1.607	0%	0%
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	194.729	9%	102.258	5%	90%
Imobilizado	633.468	29%	599.197	31%	6%
Intangível	23.982	1%	28.613	1%	-16%
Total dos ativos não circulantes	1.147.726	52%	999.265	52%	15%
TOTAL DOS ATIVOS	**2.206.513**	**100%**	**1.912.077**	**100%**	**15%**

	Consolidado				
	31.12.2020	AV	31.12.2019	AV	AH
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais	27.511	1%	28.558	1%	-4%
Impostos e contribuições a recolher	28.386	1%	16.656	1%	70%
Fornecedores e provisões operacionais	185.675	8%	155.904	8%	19%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	132.814	6%	98.675	5%	35%
Obrigações com arrendamento mercantil	40.712	2%	31.079	2%	31%
Dividendos propostos	12	0%	-	0%	0%
Outros passivos circulantes	1.014	0%	374	0%	171%
Total dos passivos circulantes	416.124	19%	331.246	17%	26%
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores e provisões operacionais	-	0%	50	0%	-100%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.257.289	57%	1.157.918	61%	9%
Obrigações com arrendamento mercantil	153.567	7%	57.918	3%	165%
Provisões para riscos	14.709	1%	35.510	2%	-59%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.851	0%	7.886	0%	38%
Outros passivos não circulantes	10	0%	4.502	0%	-100%
Total dos passivos não circulantes	1.436.426	65%	1.263.784	66%	14%
TOTAL DOS PASSIVOS	**1.852.550**	**84%**	**1.595.030**	**83%**	**16%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.312.502	59%	1.310.322	69%	0%
Reserva de capital	24.503	1%	5.073	0%	383%
Reserva de incentivos fiscais	-	0%	95.708	5%	-100%
Ações em tesouraria	(50.922)	-2%	(50.922)	-3%	0%
Prejuízos acumulados	(934.963)	-42%	(1.043.621)	-55%	-10%
Ajustes acumulados de conversão	2.689	0%	367	0%	633%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	353.809	16%	316.927	17%	12%
Participações de acionistas não controladores	154	0%	120	0%	28%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**353.963**	**16%**	**317.047**	**17%**	**12%**
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.206.513**	**100%**	**1.912.077**	**100%**	**15%**

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 15% ou R$294.436 mil em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 83% ou R$46.022 mil, passando de R$55.315 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$101.337 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido às postergações de pagamentos ao BNDES (*Standstill*).

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes aumentou 41% ou R$59.457 mil, passando de R$145.484 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$204.941 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu principalmente devido ao crescimento do volume transportado na cabotagem, melhor mix de clientes e impacto da valorização do dólar.

Sinistros a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de sinistros a recuperar aumentou 3.394% ou R$40.763 mil, passando de R$1.201 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$41.964 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu principalmente devido celebração de Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com o MPF no valor de R$ 19.000 e de acordo substitutivo com IBAMA no valor de R$ 22.448, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar ou compensar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de tributos a recuperar ou compensar reduziu 51% ou R$17.733 mil, passando de R$34.513 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$16.780 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido as compensações dos tributos sobre o lucro do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 39% ou R$67.212 mil, passando de R$171.752 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$238.964 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à atualização do Plano de Negócios corroborando a expectativa de rentabilidade futura e realização deste ativo fiscal nos próximos dez exercícios sociais. As premissas desse Estudo Técnico, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, levaram em consideração os expressivos volumes já praticados nas operações do Grupo Log-In.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de depósitos judiciais reduziu 46% ou R$16.752 mil, passando de R$36.633 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$19.881 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao êxito em ação judicial (receitas de *demurrage*).

Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ativos de direito de uso - arrendamento mercantil aumentou 90% ou R$92.471 mil, passando de R$102.258 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$194.729 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à postergação da vigência de contratos para os aluguéis de contêineres e a mensuração do termo aditivo ao contrato de arrendamento de área pública do TVV.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imobilizado aumentou 6% ou R$34.271 mil, passando de R$599.197 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$633.468 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à aquisição da embarcação Log-In Endurance de

propriedade de empresa controlada.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento de passivo e patrimônio líquido de 15% ou R$294.436 mil em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE

Impostos e contribuições a recolher
Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos e contribuições a recolher apresentou um aumento de 70% ou R$11.730 mil, passando de R$16.656 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$28.386 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu devido ao IRPJ e a CSLL devidos sobre o lucro apurado no Terminal de Vila Velha - TVV referente de 2020.

Fornecedores e provisões operacionais
Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores e provisões operacionais apresentou um aumento de 19% ou R$29.771 mil, passando de R$155.904 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$185.675 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido ao aumento na prestação e serviços e aquisição de materiais no último trimestre do ano, além do efeito cambial sobre os gastos indexados ao dólar.

Empréstimos, financiamentos e debêntures
Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 35% ou R$34.139 mil, passando de R$98.675 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$132.814 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à emissão da 3ª debênture e ao efeito cambial sobre financiamentos indexados à moeda estrangeira.

Obrigações com arrendamento mercantil
Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil apresentou um aumento de 31% ou R$9.633 mil, passando de R$31.079 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$40.712 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à postergação da vigência de contratos para os aluguéis de contêineres além do efeito cambial e à mensuração do contrato de arredamento de área pública do TVV.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos, financiamentos e debêntures
Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 9% ou R$99.371 mil, passando de R$1.157.918 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$1.257.289 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à emissão da 3ª debênture e ao efeito cambial sobre financiamentos indexados à moeda estrangeira.

Obrigações com arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil apresentou um aumento de 165% ou R$95.649 mil, passando de R$57.918 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$153.567 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à postergação da vigência de contratos para os aluguéis de contêineres além do efeito cambial e à mensuração do contrato de arredamento de área pública do TVV.

Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de provisões para riscos apresentou uma redução de 59% ou R$20.801 mil, passando de R$35.510 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$14.709 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido a finalização do acordo celebrado entre sua subsidiária - TVV e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, culminando na reversão de R$ 10.088 de provisão de perda provável trabalhista. Deste montante R$6.400 se refere ao principal e R$3.688, a correção monetária. O saldo residual de R$2.921 foi transferido para outros passivos circulantes, uma vez que a obrigação se tornou exigível, e o valor de R$1.443 foi pago no trimestre.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 12%, passando de R$317.047 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$353.963 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$36.916 mil. Esse aumento ocorreu devido a absorção do resultado do exercício.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado				
	31.12.2019	AV	31.12.2018	AV	AH
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	55.315	3%	17.030	1%	225%
Aplicações financeiras	608.167	32%	6.318	1%	9526%
Contas a receber de clientes	145.484	8%	138.764	12%	5%
Estoques	21.463	1%	19.703	2%	9%
Tributos a recuperar ou compensar	54.780	3%	46.733	4%	17%
Fundo da marinha mercante – AFRMM	14.027	1%	31.783	3%	-56%
Outros ativos circulantes	13.576	1%	29.364	3%	-54%
Total dos ativos circulantes	912.812	48%	289.695	25%	215%
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	10.805	1%	-	0%	100%
Fundo da marinha mercante – AFRMM	13.887	1%	35.591	3%	-61%
Tributos a recuperar ou compensar	34.513	2%	70.740	6%	-51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	171.752	9%	145.894	13%	18%
Depósitos judiciais	36.633	2%	37.002	3%	-1%
Outros ativos não circulantes	1.607	0%	3.063	0%	-48%
Investimentos em sociedades controladas	-	0%	5	0%	-100%
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	100.253	5%	-	0%	100%
Imobilizado	599.197	31%	515.999	45%	16%
Intangível	30.618	2%	45.223	4%	-32%
Total dos ativos não circulantes	999.265	52%	853.517	75%	17%
TOTAL DOS ATIVOS	**1.912.077**	**100%**	**1.143.212**	**100%**	**67%**

	Consolidado				
	31.12.2019	AV	31.12.2018	AV	AH
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais	28.558	1%	22.557	2%	27%
Impostos e contribuições a recolher	16.656	1%	12.291	1%	36%
Fornecedores e provisões operacionais	155.904	8%	143.008	13%	9%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.675	5%	107.430	9%	-8%
Obrigações com arrendamento mercantil	30.605	2%	-	0%	100%
Outros passivos circulantes	848	0%	2.437	0%	-65%
Total dos passivos circulantes	331.246	17%	287.723	25%	15%
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores e provisões operacionais	50	0%	137	0%	-64%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.157.918	61%	1.150.894	101%	1%
Obrigações com arrendamento mercantil	57.918	3%	-	0%	100%
Provisões para riscos	35.510	2%	46.843	4%	-24%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.886	0%	-	0%	100%
Outros passivos não circulantes	4.502	0%	12.242	1%	-63%
Total dos passivos não circulantes	1.263.784	66%	1.210.116	106%	4%
TOTAL DOS PASSIVOS	**1.595.030**	**83%**	**1.497.839**	**131%**	**6%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.310.322	69%	654.224	57%	100%
Reserva de capital	5.073	0%	1.894	0%	168%
Reserva de incentivos fiscais	95.708	5%	95.708	8%	0%
Ações em tesouraria	(50.922)	-3%	(50.922)	-4%	0%
Prejuízos acumulados	(1.043.621)	-55%	(1.054.750)	-92%	-1%
Ajustes acumulados de conversão	367	0%	(900)	0%	-141%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	316.927	17%	(354.746)	-31%	-189%
Participações de acionistas não controladores	120	0%	119	0%	1%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**317.046**	**17%**	**(354.627)**	**-31%**	**189%**
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.912.077**	**100%**	**1.143.212**	**100%**	**67%**

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 67% ou R$768.865 mil em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 225% ou R$38.285 mil, passando de R$17.030 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$55.315 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido à integralização de capital referente a bônus de subscrição de ações.

Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de aplicações financeiras aumentou 9526% ou R$601.849 mil, passando de R$6.318 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$608.167 mil em 31 de

dezembro de 2019. Esse aumento é oriundo dos recursos da emissão de ações realizada pela Companhia no exercício corrente, que serão destinados à expansão estratégica dos ativos da Companhia.

Contas a receber de clientes
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes aumentou 5% ou R$6.720 mil, passando de R$138.764 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$145.484 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido à baixa de Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") e ao aumento da receita operacional no exercício corrente.

Fundo da marinha mercante - AFRMM
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de AFRMM reduziu 56% ou R$17.756 mil, passando de R$31.783 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$14.027 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente devido ao ganho de eficiência no sistema de homologação de direitos de AFRMM, após transferência deste controle do Fundo da Marinha Mercante para Receita Federal do Brasil.

Outros ativos circulantes
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de outros ativos circulantes reduziu 54% ou R$15.788 mil, passando de R$29.364 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 13.576 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente devido à baixa de adiantamentos a fornecedores em aberto há mais de dois anos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Fundo da marinha mercante - AFRMM

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de AFRMM reduziu 61% ou R$21.704 mil, passando de R$35.591 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$13.887 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu devido à cessão de direitos econômicos do precatório recebido em troca do êxito na ação para ressarcimento de AFRMM retroativo de 2004 a 2006, além do ganho de eficiência no sistema de homologação de direitos de AFRMM, após transferência deste controle do Fundo da Marinha Mercante para Receita Federal do Brasil.

Tributos a recuperar ou compensar
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Tributos a recuperar ou compensar reduziu 51% ou R$36.227 mil, passando de R$70.740 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$34.513 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente devido à utilização de créditos de tributos administrados pela Receita Federal para compensação de obrigações fiscais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 18% ou R$25.858 mil, passando de R$145.894 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$171.752 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido à atualização estudo técnico (Plano de Negócios) corroborando a expectativa de rentabilidade futura.

Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil

correspondia a R$100.253 mil, devido a adoção da norma IFRS 16 em 2019. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não houve registro de Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil, pois a referida norma contábil entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imobilizado aumentou 16% ou R$83.198 mil, passando de R$515.999 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$599.197 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao término da construção do navio Polaris, atenuado pela transferência do valor residual do navio Resiliente ("*sale lease back*"), de propriedade de empresa controlada, para a rubrica de Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil.

Intangível
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de intangível reduziu 32% ou R$14.605 mil, passando de R$45.223 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$30.618 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente, devido ao reconhecimento das amortizações no período de 2019.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento de passivo e patrimônio líquido de 67% ou R$768.865 mil em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou uma redução de 8% ou R$8.755 mil, passando de R$107.430 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$98.675 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente devido ao pagamento de principal e juros no período de 2019.

Obrigações com arrendamento mercantil
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil correspondia a R$30.605 mil devido a adoção da norma IFRS 16 em 2019. No exercício social de 31 de dezembro de 2018, não houve registro de obrigações com arrendamento mercantil, pois a referida norma contábil entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

Fornecedores e Provisões operacionais
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores e provisões operacionais apresentou um aumento de 9% ou R$12.896 mil, passando de R$143.008 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$155.904 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido à docagem da embarcação Log-In Jatobá e às obrigações decorrentes da importação do navio Polaris, amenizado pela reversão de provisões para gastos marítimos efetuadas para os graneleiros vendidos em 2016.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 1% ou R$7.024 mil, passando de R$1.150.894 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$1.157.918 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao impacto da variação cambial, decorrente do aumento da taxa de câmbio, sobre a dívida em dólar.

Obrigações com arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil correspondia a R$57.918 mil devido a adoção da norma IFRS 16 em 2019. No exercício social de 31 de dezembro de 2018, não houve registro de obrigações com arrendamento mercantil, pois a referida norma contábil entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisões para riscos apresentou uma redução de 24% ou R$11.333 mil, passando de R$46.843 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$35.510 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente devido à revisão do prognóstico de risco de perdas antes classificadas como risco provável para possível.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 189%, passando de R$354.627 mil negativo em 31 de dezembro de 2018 para R$317.046 mil positivo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$671.673 mil. Esse aumento ocorreu devido à emissão de ações (“Follow on”) realizada pela Companhia no exercício corrente.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Consolidado				
	31.12.2018	AV	31.12.2017	AV	AH
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	17.030	1%	51.554	4%	-67%
Aplicações financeiras	6.318	1%	-	-	-
Contas a receber de clientes	138.764	12%	158.549	14%	-12%
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	-	-	17.758	1%	-
Estoques	19.703	2%	14.466	1%	36%
Tributos a recuperar ou compensar	46.733	4%	37.303	3%	25%
Fundo da marinha mercante – AFRMM	31.783	3%	33.960	3%	-6%
Outros ativos circulantes	29.364	3%	25.512	2%	15%
Total dos ativos circulantes	289.695	25%	339.102	29%	-15%
NÃO CIRCULANTES					
Fundo da marinha mercante – AFRMM	35.591	3%	17.695	2%	101%
Tributos a recuperar ou compensar	70.740	6%	1.824	0%	3778%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	145.894	13%	138.880	12%	5%
Depósitos judiciais	37.002	3%	33.560	3%	10%
Outros ativos não circulantes	3.063	0%	7.002	1%	-56%
Investimentos em sociedades controladas	5	0%	5	0%	-
Imobilizado	515.999	45%	562.224	49%	-8%
Intangível	45.223	4%	54.949	5%	-18%
Total dos ativos não circulantes	853.517	75%	816.139	71%	5%

TOTAL DOS ATIVOS	**1.143.212**	**100%**	**1.155.241**	**100%**	**-1%**

	Consolidado				
	31.12.2018	**AV**	**31.12.2017**	**AV**	**AH**
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais	22.557	2%	25.048	2%	-10%
Impostos e contribuições a recolher	12.291	1%	25.090	2%	-51%
Fornecedores e provisões operacionais	143.008	13%	173.699	15%	-18%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	107.430	9%	70.534	6%	52%
Outros passivos circulantes	2.437	0%	5.163	0%	-53%
Total dos passivos circulantes	287.723	25%	299.534	26%	4%
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores e provisões operacionais	137	0%	1.599	0%	-91%
Tributos parcelados	-	-	50	0%	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.150.894	101%	1.179.450	102%	-2%
Provisões para riscos	46.843	4%	56.975	5%	-18%
Outros passivos não circulantes	12.242	1%	10.860	1%	13%
Total dos passivos não circulantes	1.210.116	106%	1.248.934	108%	-3%
TOTAL DOS PASSIVOS	**1.497.839**	**131%**	**1.548.468**	**134%**	**-3%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	654.224	57%	624.038	54%	5%
Reserva de capital	1.894	0%	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	95.708	8%	100.413	9%	-5%
Ações em tesouraria	(50.922)	-4%	(50.922)	-4%	0%
Prejuízos acumulados	(1.054.750)	-92%	(1.065.457)	-92%	-1%
Ajustes acumulados de conversão	(900)	0%	(1.346)	0%	-33%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	(354.746)	-31%	(393.274)	-34%	-10%
Participações de acionistas não controladores	119	0%	47	0%	153%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(354.627)**	**-31%**	**(393.227)**	**-34%**	**-10%**
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.143.212**	**100%**	**1.155.241**	**100%**	**-1%**

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou uma redução do ativo de 1% ou R$12.029 mil em relação a 31 de dezembro de 2017. Passando de R$1.155.241 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$1.143.212 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido ao recebimento de AFRMM expressivo no exercício de 2017, comparado a 2018.

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa reduziu 67% ou R$34.524 mil, passando de R$51.554 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$17.030 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido a 1ª emissão de debêntures no exercício de 2016.

Depósitos retidos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de depósitos retidos reduziu 72% ou R$9.844 mil,

passando de R$13.622 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$3.778 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido a reclassificação de valores tratados em 2017 como depósitos retidos, para a rubrica de aplicações financeiras em 2018.

Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de aplicações financeiras no montante de R$6.318 mil corresponde a reclassificação de valores tratados em 2017 como depósitos retidos, para a rubrica de aplicações financeiras em 2018.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes reduziu 12% ou R$19.785 mil, passando de R$158.549 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$138.764 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido a antecipação de recebíveis em 2018.

Contas a receber por alienação de direitos contratuais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não havia saldo de contas a receber por alienação de direitos contratuais. No exercício social encerrado em 2017 o saldo era R$17.758 mil, principalmente devido alienação de dois navios graneleiros para a Hidrovias e cessão de contrato comercial firmado entre a Companhia e Alunorte-Alumina do Norte S.A em 2016, cujo saldo a residual desta operação foi parcialmente liquidado até 2018, restando um saldo a receber no total de R$3.050 mil, reclassificado em 2018 para ativo não circulante.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de estoques aumentou 36% ou R$5.237 mil, passando de R$14.466 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$19.703 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse Aumento ocorreu principalmente devido ao aumento do custo do bunker no mercado internacional.

Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais aumentou 361% ou R$16.414 mil, passando de R$4.548 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$20.962 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido a contratação em 2018 de prestador de serviço para administração da operação da embarcação Jatobá, operada pela Controlada Log-In Navegação Ltda.

Tributos a recuperar ou compensar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de tributos a recuperar ou compensar aumentou 25% ou R$9.430 mil, passando de R$37.303 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$46.733 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao registro de tributos a recuperar por indébitos fiscais referente a contribuições sociais (PIS/COFINS) reconhecidas e pagas sobre serviços prestados por armadores estrangeiros.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Contas a receber por alienação de direitos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber por alienação de direitos contratuais variou em R$3.050 mil, passando de R$0 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$3.050 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido a reclassificação, em 2018, do saldo remanescente a receber da operação de venda de dois navios graneleiros para a Hidrovias em 2016, anteriormente registrado no ativo circulante.

Tributos a recuperar ou compensar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de tributos a recuperar ou compensar aumentou 3.778% ou R$68.916 mil, passando de R$1.824 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$70.740 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao registro de tributos a recuperar por indébitos fiscais referente a contribuições sociais (PIS/COFINS) reconhecidas e pagas sobre serviços prestados por armadores estrangeiros.

Fundo da Marinha Mercante-AFRMM

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de fundo da Marinha Mercante-AFRMM aumentou 101% ou R$17.896 mil, passando de R$17.695 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$35.591 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido ao aumento de transportes marítimos na cabotagem realizados em 2018, com geração desta subvenção.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 5% ou R$7.014 mil, passando de R$138.880 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$145.894 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido ao incremento de registos de créditos fiscais sobre diferenças temporárias, principalmente provisões e depreciação acelerada.

Outros ativos não circulantes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de outros ativos não circulantes reduziu 100% ou R$6.989 mil, passando de R$7.002 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$13 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido a alienação do crédito relativo ao FUNDAF (Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização), pela controlada TVV, no decorrer de 2018.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de imobilizado reduziu 8% ou R$46.225 mil, passando de R$562.224 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$515.999 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido transferência - por dação em pagamento – do Terminal de Camaçari (TERCAM) para amortizar parcialmente empréstimos obtidos junto a Instituição Financeira.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de intangível reduziu 18% ou R$9.726 mil, passando de R$54.949 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$45.223 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente devido a amortização de sistemas e de concessão portuária.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou uma redução em seus passivos e patrimônio líquido de 1% ou R$12.029 mil em relação a 31 de dezembro de 2017. Passando de R$1.155.241 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$1.143.212 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE

Parcela do circulante dos financiamentos e empréstimos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da parcela do circulante dos financiamentos e empréstimos de longo prazo aumentou 52% ou R$36.896 mil, passando de R$70.534 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$107.430 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido aos impactos da variação cambial sobre financiamentos e empréstimos indexados ao dólar, com base no aumento da taxa do dólar em 17% no ano de 2018, líquido das amortizações e transferência das parcelas de longo para curto prazo, no mesmo período.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das debentures reduziu em R$20.122 mil, passando de R$20.122 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$0 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu devido a liquidação das obrigações decorrentes da 1ª emissão de debêntures efetuada em 2016.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das debentures reduziu 51% ou R$12.799 mil, passando de R$25.090 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$12.291 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu devido a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS a partir do 3 ^{0} trimestre de 2017, com base em decisão do STF.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos e empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da parcela do circulante dos financiamentos e empréstimos reduziu 2% ou R$28.566 mil, passando de R$1.179.450 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$1.150.894 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu devido aos impactos da variação cambial sobre financiamentos e empréstimos indexados ao dólar, com base no aumento da taxa do dólar em 17% no ano de 2018, líquido das amortizações e transferência das parcelas de longo para curto prazo, no mesmo período.

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisões para contingências apresentou uma redução de 18% ou R$10.132 mil, passando de R$56.975 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$46.843

mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu devido a reversão de provisões para contingências por motivo de revisão de prognóstico de risco de perda, de causas antes consideradas prováveis de perda para possíveis de perda.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido da Companhia variou em 10%, passando de R$393.227 mil negativo em 31 de dezembro de 2017 para R$354.627 mil negativo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$38.600 mil. Essa redução do Patrimônio Líquido Negativo ocorreu principalmente devido a subscrição de debêntures no montante de R$28.150 mil e absorção do lucro do período em 2018.

FLUXOS DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Consolidado		
	2020	2019	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	240.522	299.604	-20%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(89.397)	(769.873)	-88%
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(105.102)	508.554	-121%
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**46.023**	**38.285**	**20%**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 o aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondia a R$46.023 mil, comparado ao aumento de caixa e equivalentes de caixa de R$38.285 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito a seguir:

Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma diminuição de R$59.082 mil ou 20% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 se comparado a 31 de dezembro 2019, passando de R$299.604 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R$240.522 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de maior utilização de capital de giro em suas operações, além do aumento dos tributos sobre o lucro do exercício, com base no crescimento do resultado da Companhia.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R$680.476 mil ou 88% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 se comparado a 31 de dezembro de 2019, passando de uma aplicação de R$769.873 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para uma aplicação de R$89.397 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência da obtenção de recursos através de oferta de ações ao mercado realizada pela Companhia no ano de 2019.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma diminuição de R$613.659 mil ou 121% se comparado o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de uma geração de R$508.554 mil em 31 de dezembro de 2019 para uma aplicação de R$105.102 mil em 31 de dezembro 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência da obtenção de recursos através de oferta de ações ao mercado realizada pela Companhia no ano de 2019, atenuada pelo enquadramento ao Standstill COVID-19 deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), que resultou na postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril de 2020 até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de embarcações.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Consolidado		
	2019	2018	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	299.604	99.651	201%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(769.873)	(50.747)	1417%
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	508.554	(83.428)	-710%
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**38.285**	**(34.524)**	**-211%**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 o aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondia a R$38.285 mil, comparado à redução de caixa e equivalentes de caixa de R$34.524 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito a seguir:

Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou um aumento de R$199.953 mil ou 201% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 se comparado a 31 de dezembro 2018, passando de R$99.651 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R$299.604 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência do recebimento de AFRMM gerado no exercício, no valor total de R$80.822 mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R$719.126 mil ou 1417% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 se comparado a 31 de dezembro de 2018, passando de uma aplicação de R$50.747 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para uma aplicação de R$769.873 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da obtenção de recursos através de oferta de ações ao mercado realizada pela Companhia.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de R$591.982 mil ou 710% se comparado o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, passando de uma aplicação de R$83.428 mil

em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de R$508.554 mil em 31 de dezembro 2019. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da obtenção de recursos através de oferta de ações ao mercado realizada pela Companhia, atenuada pelo pagamento do serviço da dívida (principal mais juros) de financiamentos e empréstimos.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Consolidado		
	2018	2017	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	99.651	237.679	-58%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(50.747)	(82.126)	-38%
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(83.428)	(165.369)	-50%
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(34.524)**	**(9.816)**	**252%**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 a redução de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondia a R$34.524 mil, comparado a redução de caixa e equivalentes de caixa de R$9.816 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente nas atividades operacionais apresentou um a redução de R$138.028 mil ou 58% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R$237.679 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$99.651 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deu-se, principalmente, em decorrência da redução na liberação das parcelas de AFRMM.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de R$31.379 mil ou 38% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R$82.126 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$50.747 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente, em decorrência da alienação do terminal TERCAM Terminal de Camaçari, em face da dação em pagamento à instituição financeira para amortização de empréstimos/financiamentos contraídos junto à mesma.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos apresentou uma redução de R$81.941 mil ou 50% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R$165.369 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$83.428 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deu-se, principalmente, em decorrência da dação em pagamento do TERCAM com consequente abatimento de empréstimos/financiamentos.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

As receitas da Navegação Costeira e de serviços logísticos estão relacionadas ao número de contêineres transportados e à distância média entre a origem e o destino das cargas. No segmento Cabotagem, no qual são transportadas cargas da indústria nacional entre portos brasileiros, o preço é definido em reais (R$) e os volumes possuem maior valor unitário em relação aos demais segmentos. O segmento Mercosul, que realiza o transporte de cargas entre Brasil e Argentina e o segmento *Feeder*, que faz a última viagem na costa atlântica da América do Sul dos contêineres vindos dos navios do longo curso, têm suas receitas fixadas em dólares (US$).

A principal fonte de receita do Terminal de Vila Velha (TVV) advém da movimentação de contêineres, ou seja, o embarque ou desembarque da carga em navios, cujos preços são definidos em reais (R$) por contêiner. A movimentação de carga geral no TVV, ou seja, embarque e desembarque de cargas não acondicionadas em contêineres também gera receita em reais (R$), cujos preços variam de acordo com a natureza da carga e o peso movimentado. Outra importante fonte de receita do Terminal são os serviços de armazenagem de cargas importadas e ainda não nacionalizadas, que possuem seu valor referenciado ao preço da carga em questão, portanto em dólares (US$), e ao tempo de estadia da carga no TVV.

Nas Soluções 3PL, são geradas receitas de armazenagem e serviços logísticos complementares ao transporte marítimo. Ao operar estes serviços para seus clientes da navegação, a Log-In pode assumir a gestão de grande parte, ou até mesmo toda a cadeia logística do cliente. As receitas desses terminais são fixadas em reais (R$).

Em 2020, a receita da Companhia cresceu sobretudo em função do maior volume de contêineres transportados na Navegação Costeira, principalmente na Cabotagem e no Feeder, e do melhor mix transportado nos segmentos Feeder e Mercosul, além do impacto positivo da desvalorização do real (R$) nas receitas atreladas ao dólar (US$). Apesar das restrições impostas pela pandemia desde o 2T20, o crescimento apresentado em 2020 pode ser atribuído aos bem sucedidos planejamento e execução da estratégia comercial adotada pela Companhia, focada em captar cargas de setores que sofreram menor impacto no período. Desde o 3T20, com a flexibilização das medidas restritivas às atividades comerciais, esses setores mais afetados voltaram a escoar seus produtos com a Companhia.

Os serviços de movimentação e armazenagem no Terminal de Vila Velha e o transporte de contêineres nos segmentos Mercosul e *Feeder* da Navegação Costeira são afetados por variações nos fluxos de comércio exterior. Por outro lado as operações de Cabotagem na navegação e as operações de armazenagem e serviços logísticos nas soluções 3PL estão mais expostas à dinâmica interna da economia brasileira.

Nas operações de Navegação Costeira parte substancial dos custos são fixos, ou seja, descorrelacionados com o volume de contêineres transportados. Isso se dá pelo fato de a Log-In possuir rotas marítimas pré-definidas, ou seja, serviços regulares. Entre os principais custos

fixos estão: o combustível utilizado nos navios (*bunker*), tarifas portuárias, serviços de praticagem, tripulação dos navios, manutenção, suprimentos, seguros e gerais e administrativas.

Os principais custos variáveis na Navegação Costeira são decorrentes do transporte rodoviário de curta distância, da movimentação dos contêineres dentro dos portos (*handling*) e outras despesas com contêineres.

Os custos referenciados em dólares estão relacionados ao *bunker*, ao aluguel de contêineres (direito de uso – IFRS16), às despesas portuárias e aos custos de movimentação de contêineres na Argentina.

Em 2020 houve aumento nos custos variáveis devido ao crescimento do volume transportado pela Cabotagem, além da entrada em operação das novas embarcações Log-In Endurance e Log-In Polareis. Já os custos fixos aumentaram em decorrência dos custos adicionais advindos do planejamento especial de prevenção à COVID-19 para os marítimos desde Abril/2020, aumento no custo de pessoal pela chegada da equipe para trabalhar nas novas embarcações, maiores custos portuários com rebocadores e escalas no Mercosul maiores em função da desvalorização do real (R$) e maior custo com combustível dado o aumento do preço médio do bunker na comparação com o ano anterior.
No Terminal de Vila Velha houve redução nos custos dos serviços prestados em 2020 devido ao plano de stress por conta da pandemia, incluindo revisão de toda a estrutura de custos do negócio, além da redução dos demais custos devido à diminuição de gastos gerais em função da otimização de processos e economia de despesas administrativas devido a adoção de home office. No caso dos custos de carga e descarga houve aumento, principalmente com mão de obra terceira, pelo maior volume movimentado.

O *bunker*, óleo combustível dos navios, é comercializado em dólares (US$) nos portos, ou seja, seus preços são impactados pelo comércio internacional do barril de petróleo e pela taxa de câmbio do real (R$) em relação ao dólar (US$).

O gráfico abaixo apresenta a alta do preço desse insumo, principalmente nos últimos meses de 2019, explicada pela IMO 2020, regulamentação que determinou um limite de 0,5% em emissões de enxofre a partir de 1º de janeiro de 2020. Essa regulamentação demandou a adaptação do combustível fornecido ao novo parâmetro. Nos primeiros meses de 2020 notou-se uma descontinuidade da tendência de alta verificada no final de 2019, mas ao longo do ano o preço aumentou gradativamente com a retomada do aumento do preço do petróleo aliado ao impacto da variação cambial

Preço Médio do Bunker por Tonelada (R$)

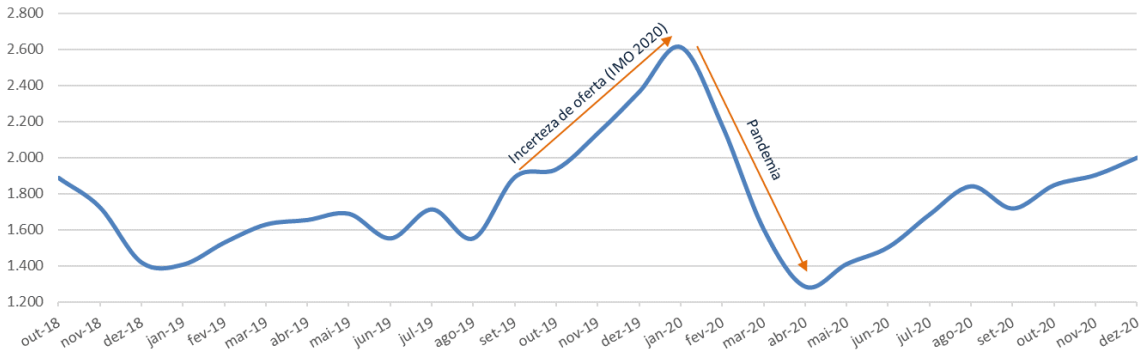


Gráfico de 01/10/18 até 31/12/20. Fontes: Petrobras (cotação do *bunker* no porto de Santos em dólares) e Banco Central (taxa de câmbio Real x Dólar – PTAX)

Os custos dos serviços prestados pela Log-In, assim como as despesas operacionais, são impactados pela variação de índices de inflação tais como IGP-M e IPCA. A variação das taxas de juros também pode influenciar os resultados da Log-In, na medida em que uma eventual oscilação nessas taxas pode gerar maior ou menor disponibilidade de renda, expandir ou reduzir o ritmo da atividade econômica ou afetar, positiva ou negativamente, o volume de investimentos na economia.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e

Na Cabotagem, o preço é definido em reais (R$) e tem seu crescimento associado às taxas de inflação do país e competição com os concorrentes. Nos serviços Mercosul e *Feeder*, o serviço é precificado em dólares (US$) e tem como principal variação a corrente de comércio com a Argentina.

No Terminal de Vila Velha a receita é impactada principalmente pela inflação do Brasil e pela importação e exportação na área de influência do terminal (Espirito Santo e estados contíguos), de contêineres, de cargas gerais, de projetos e dos serviços de armazenagem dentro do porto relativos a estas cargas.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Os custos com movimentação de contêineres e transporte rodoviário aumentam em função do crescimento dos volumes transportados nos navios, assim como aumenta o custo, principalmente, com estiva que negocia reajustes em função da inflação no Terminal de Vila Velha devido ao aumento da atividade do terminal.

O preço do bunker é sempre componente importante do custo. O insumo tende a acompanhar as variações no preço internacional do barril de petróleo e também sofre impactos de variação cambial, pois é negociado em dólares (US$) nos portos brasileiros.

Além disso, os custos dos serviços prestados pela Companhia e de suas despesas operacionais são impactados pela variação de índices de inflação e de taxas de juros, uma vez que a oscilação nessas taxas pode aumentar ou diminuir a disponibilidade de renda, expandir ou reduzir o ritmo da atividade econômica ou afetar, positiva ou negativamente, o volume de investimentos na economia. Ainda, como também informado acima, as variações no preço do óleo diesel impactam os resultados da Companhia, uma vez que baseiam os reajustes nos serviços de transporte rodoviário que complementam a navegação.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social corrente ou no exercício social anterior, qualquer introdução ou alienação de segmento operacional na Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Companhia"). O último evento desta natureza ocorreu em 23 de dezembro de 2016, quando foi finalizada a operação de venda dos navios graneleiros (Log-In Tambaqui e Log-In Tucunaré) e do contrato comercial para o transporte de bauxita. O valor do negócio foi fechado em R$ 680 milhões, sendo parte desse montante quitada através da transferência para o comprador dos contratos de financiamento das embarcações com o BNDES, que totalizavam R$480 milhões.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2017, foram constituídas a Log-In Navegação Ltda. e a Log-In Marítima Cabotagem Ltda., para atuarem como empresas brasileiras de navegação de cabotagem e longo curso, nas quais a Companhia possui 100,00% e 99,99%, respectivamente, de participação societária.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que no último exercício social houve três eventos ou operações não usuais, que causaram efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, como segue:

i) Aquisição de Embarcação (Log-In Endurance)

Aquisição no dia 05 de março de 2020 da embarcação Log-In Endurance - capacidade nominal de 2.800 TEUs - pela sua subsidiária Log-In International GmbH ("Log-In GmbH"), sediada na Áustria, pelo valor de US$13,1 milhões. A Companhia incorreu, ainda, em aproximadamente R$2,4 milhões relacionados a demais custos necessários para colocar o navio em operação.

ii) Enquadramento na linha Standstill COVID -19

Em 14 abril de 2020, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) deferiu a nossa solicitação de enquadramento ao Standstill COVID-19, com postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril de 2020 até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de

embarcações. O montante de aproximadamente R$50 milhões foi capitalizado e será pago dentro do prazo remanescente do contrato, obedecendo o respectivo cronograma de pagamento de cada um dos mesmos.

iii) Emissão de debêntures

Em maio de 2020, a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures para recompor o caixa da Companhia decorrente da aquisição da nova embarcação (Log-In Endurance). O valor total captado foi de R$71.400, totalmente subscrito em junho de 2020.

iv) Renovação do contrato de arrendamento da subsidiária Terminal de Vila Velha ("TVV")

Em 22 de setembro de 2020, o Terminal de Vila Velha, localizado no porto organizado de Vitória - ES, assinou Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado com a União Federal do Brasil em 1998, por intermédio do Ministério de Infraestrutura, prorrogando o prazo de vigência deste arrendamento portuário por mais 25 anos, ou seja, até setembro de 2048 e estabelecendo o compromisso de investimento inicial de aproximadamente R$83 milhões para aquisição de novos equipamentos e sistemas para a melhoria da produtividade operacional. Além disso, ao longo do novo prazo contratual, serão aplicados aproximadamente R$434 milhões para assegurar a manutenção, atualização e/ou substituição dos ativos necessários para a realização das atividades portuárias. Para esse aditivo a Administração concluiu pela necessidade de aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A Companhia adotou a partir de 1ª, de janeiro de 2018 a IFRS 15 - Receita de contrato com clientes. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco passos, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um preço que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência bens e direitos. A Companhia realizou uma avaliação dos efeitos desse pronunciamento, tendo por base a natureza de seu negócio e dos seus contratos com clientes, para os principais fluxos de receita da Companhia. Dessa forma, no que diz respeito aos efeitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, a Companhia tem identificado sua carteira de clientes ativos, bem como as demandas e exigências a serem cumpridas em cada contrato. A Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na adoção dessa norma.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de hedge. As principais mudanças estão descritas a seguir:

Reconhecimento e mensuração - De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º de janeiro, e não identificou nenhum impacto significante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - A IFRS 9 propõe a adoção de um modelo prospectivo de perdas esperadas em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

Alterações no CPC 18 (R2) para esclarecimento de que a mensuração de empresas investidas ao valor justo por meio do resultado é uma opção que é efetuada por investimento – As alterações esclarecem que uma entidade que seja uma organização de capital de risco, ou outra entidade qualificada, pode escolher, no reconhecimento inicial em base de investimento por investimento, mensurar os seus investimentos em coligadas e joint ventures ao valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou CPC 06(R2)/IFRS 16 que entrou em vigor no exercício social corrente, cujos efeitos tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.a.1 das Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2019, ocasionando o reconhecimento de um ativo de direitos de uso e um passivo de arrendamento nos valores demonstrados abaixo, em milhares de reais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis são apresentados no item (a) acima.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017 não apresentam ressalvas ou ênfases.

10.5. Políticas contábeis críticas:

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia efetua julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas

na experiência histórica, na aplicação das perdas esperadas e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório:

Mensuração das perdas de crédito esperadas (“PCE”)

A Companhia mensura as Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) com demonstrações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos e incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela administração.

Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de contêineres e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis.

Determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível e premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor

recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as obrigações com arrendamentos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Remuneração baseada em ações

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não possui arrendamentos não registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respect ivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não foram indicados itens relevantes não evidenciados no item 10.6 e nas demonstrações financeiras e intermediárias da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Não foram indicados itens relevantes não evidenciados no item 10.6 e nas demonstrações financeiras e intermediárias da Companhia.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não foram indicados itens relevantes não evidenciados no item 10.6 e nas demonstrações financeiras e intermediárias da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Em 2020 os investimentos da Log-In totalizaram R$103,0, tendo sido composto, principalmente, por investimentos de capital referentes à aquisição do navio Log-In Endurance, que entrou em operação em 1 de maio de 2020.

O navio possui capacidade nominal de 2.800 TEUs, foi construído no estaleiro chinês Guangzhou Wenchong Shipyard e entrou em operação em 2020 na linha do Serviço Atlântico Sul (SAS). A aquisição faz parte do plano de negócios e de adequação da frota atual da Companhia através da gestão eficaz de seus ativos estratégicos com foco na excelência operacional e contribuindo para o desenvolvimento da navegação de Cabotagem brasileira.

Em junho de 2020, a Log-In encerrou a sua 3ª Emissão de Debêntures Simples com a captação do montante de R$71,4 milhões e vencimento em maio de 2025. A operação teve como finalidade a reposição de caixa da Companhia, em virtude da aquisição do navio Log-In Endurance.

10.9. Outros fatores com influência relevante:

Não há outros fatores com influência relevante.

3.2. Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme previsto no artigo 12, II, da Instrução CVM 481/09

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Política de Remuneração da Companhia ("Política") foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2018 e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a fixação da remuneração dos Diretores, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento da Companhia, com a finalidade de atrair e reter profissionais capacitados e mantê-los alinhados com os interesses da Companhia.

A Política encontra-se disponível nas páginas eletrônicas da Companhia (www.loginlogistica.com.br/ri); da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida individualmente pelo Conselho de acordo com as diretrizes da Política da Companhia e dentro do limite fixado pela assembleia geral, com o objetivo de compensá-los pelos serviços prestados, reconhecer e refletir o valor da sua experiência pessoal, bem como a responsabilidade do cargo.

Exceto pelo Presidente do Conselho, que, em virtude das especificidades do seu cargo, recebe remuneração superior aos demais membros, e pelo Conselheiro Marco Antonio Souza Cauduro, que também exerce o cargo de Diretor Presidente da Companhia e abdica da remuneração que lhe seria devida pelo exercício de cargo de Conselheiro, os demais membros do Conselho de Administração recebem igual remuneração.

Os membros do Conselho de Administração podem ser beneficiários de planos de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia aprovados pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral. Referidos planos deverão ter por finalidade atrair, motivar e reter na Companhia os seus beneficiários, além de alinhar os interesses destes com os da Companhia e de seus acionistas.

Diretoria

Os Diretores fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida pelo Conselho de Administração, com o objetivo de compensá-los pelos serviços prestados, reconhecer e refletir o valor da sua experiência pessoal, bem como a responsabilidade dos seus respectivos cargos na Companhia.

Além da remuneração fixa mensal, os Diretores também podem fazer jus a uma remuneração variável, que permite à Companhia oferecer retribuição adicional aos Diretores em razão de seu desempenho. A remuneração variável é medida, entre outros aspectos, pelos indicadores de desempenho corporativos e individuais, acompanhados mensalmente.

A remuneração variável é paga anualmente, e pode envolver um ou mais dos seguintes itens:
(a) Participação nos Resultados: compõe a parcela de curto prazo da remuneração variável e tem como objetivo premiar o atingimento e superação das metas estabelecidas para o exercício, com base no orçamento anual da Companhia e

em indicadores e parâmetros objetivos e mensuráveis, aprovados pelo Conselho de Administração e obtidos a partir do planejamento estratégico;.(b) Planos de Incentivo de Longo Prazo (programas de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia): compõe a parcela de longo prazo da remuneração variável, e tem por finalidade atrair, motivar e reter na Companhia os seus beneficiários, além de alinhar os interesses destes com os da Companhia e de seus acionistas.

No exercício social de 2017 o Conselho de Administração deliberou, excepcionalmente, o não pagamento do Programa de Participação nos Resultados para os administradores da Companhia, tendo, no entanto, autorizado o Diretor-Presidente a promover a concessão de bônus de retenção com base no atingimento de determinadas metas aprovadas no exercício de 2016.

Por força do seu contrato com a Log-In, o Diretor Presidente fará jus a um bônus, a ser pago em moeda corrente nacional, no caso de implementação de determinados eventos extraordinários envolvendo a Companhia.

Por fim, os Diretores também podem fazer jus a benefícios pelo cargo, tais como assistência médica e odontológica, plano de previdência complementar, seguro de vida e auxílio alimentação, bem como, em caso de destituição ou não renovação de mandato, a indenização fixada com base no tempo de permanência na Companhia, previsto no contrato de cada executivo.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, fazem jus a uma remuneração fixa mensal estabelecida pela assembleia geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Os Conselheiros Fiscais serão reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Caberá ao Conselho de Administração decidir se haverá remuneração para os membros dos Comitês de Assessoramento e definir do montante fixo, não sendo permitido estabelecer qualquer remuneração variável.

Na hipótese de indicação de membro da Diretoria ou do Conselho de Administração para compor qualquer dos Comitês de Assessoramento, caberá ao diretor ou conselheiro que estiver acumulando funções apenas a maior dentre as remunerações aplicáveis aos cargos.

(ii)Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Conselho de Administração:

Tipo de Remuneração:	**2018**	**2019**	**2020**
Fixa	100%	100%	100%
Variável	0	0	0
Benefícios	0	0	0
Total	100%	100%	100%

Conselho Fiscal:

Tipo de Remuneração:	**2018**	**2019**	**2020**
Fixa	100%	N/A	N/A
Variável	0	N/A	N/A
Benefícios	0	N/A	N/A
Total	100%	N/A	N/A

Diretoria Estatutária:

Tipo de Remuneração	2018	2019	2020
Fixa	44%	52%	26%
Variável	47%	39%	68%
Benefícios	9%	10%	6%
Total	100%	100%	100%

Comitê Financeiro:

Tipo de Remuneração:	2018	2019	2020
Fixa	0%	0%	0%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%

Comitê de Gente e Gestão:

Tipo de Remuneração:	2018	2019	2020
Fixa	0%	0%	0%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%

Comitê de Auditoria:

Tipo de Remuneração:	2018	2019	2020
Fixa	N/A	N/A	100%
Variável	N/A	N/A	0%
Benefícios	N/A	N/A	0%
Total	N/A	N/A	0%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A remuneração do Conselho de Administração é definida com base na Pesquisa Salarial realizada por consultoria externa especializada em Remuneração, sendo a última pesquisa executada pela Kompenson Remuneração Executiva, onde foi utilizada a média salarial como ponto médio da faixa salarial de cada cargo. A remuneração do Conselho de Administração observa a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, bem como as disposições e princípios do Estatuto da Companhia, da Política de Remuneração e da legislação e regulamentação aplicáveis.

Não há índice, periodicidade ou metodologia pré-fixados para o reajuste da remuneração do Conselho de Administração.

A remuneração fixa dos Diretores da Companhia é definida com base na Pesquisa Salarial realizada por consultoria externa especializada em Remuneração, sendo a última pesquisa executada pela Kompenson Remuneração Executiva, onde foi utilizada a média salarial como ponto médio da faixa salarial de cada cargo. A remuneração da Diretoria também é baseada em negociações com os Diretores e observa a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, bem como as disposições e princípios do Estatuto da Companhia, da Política de Remuneração e da legislação e regulamentação aplicáveis.

Não há índice, periodicidade ou metodologia pré-fixados para o reajuste das parcelas fixas e variáveis da remuneração da Diretoria, observado que o valor da participação nos resultados, bem como as metas a quais o seu pagamento está condicionado, são aprovados ano a ano pelo Conselho de Administração.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

A estratégia de remuneração da Companhia, combinando remuneração fixa e variável, esta última segregada em parcelas de curto e longo prazo, tem como objetivo alinhar os interesses dos administradores aos interesses da Companhia, bem como manter uma remuneração competitiva frente ao mercado, retendo e atraindo pessoal diferenciado, capaz e qualificado para contribuir com o crescimento da Companhia e gerar valor para os seus acionistas.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não há membros não remunerados no Conselho de Administração, na Diretoria Estatutária e não Estatutária, no Conselho Fiscal e nos Comitês da Companhia.

Em relação a estes últimos, conforme informado acima e em consonância com o disposto na Política de Remuneração da Companhia, na hipótese de indicação de membro da Diretoria ou do Conselho de Administração para compor quaisquer dos Comitês de Assessoramento, caberá ao diretor ou conselheiro que estiver acumulando funções apenas a maior dentre as remunerações aplicáveis aos cargos exercidos.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Remuneração fixa:

Os honorários fixos mensais recebidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são estabelecidos de acordo com as regras legais e com a Política de Remuneração da Companhia. Os mesmos requisitos deverão ser observados na definição dos honorários fixos mensais eventualmente recebidos pelos membros dos Comitês de Assessoramento. Adicionalmente, a Diretoria faz jus a um pacote de benefícios, tais como assistência médica e odontológica, plano de previdência complementar, seguro de vida e auxílio alimentação, bem como, em caso de destituição ou não renovação de mandato, a indenização fixada com base no tempo de permanência na Companhia, previsto no contrato firmado com cada executivo.

Não há índice ou periodicidade pré-definida para reajustes da remuneração fixa de cada um dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e, conforme aplicável, dos membros dos Comitês de Assessoramento. Eventuais correções serão aprovadas pelo Conselho de Administração e baseadas na relevância do respectivo membro ou do cargo para a Companhia.

Benefícios

Os benefícios recebidos pelos Diretores em virtude dos seus cargos, tais como assistência médica e odontológica, plano de previdência complementar, seguro de vida e auxílio alimentação são alinhados aos padrões de mercado e aos acordos coletivos de trabalho aplicáveis.

Remuneração variável:

A remuneração variável recebida pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é estabelecida em função de metas estabelecidas para o exercício, feitas com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e metas objetivas e mensuráveis obtidos do planejamento estratégico, ambos aprovados pelo Conselho de Administração.

Especificamente para a Diretoria, as metas e indicadores contemplam o desempenho da Log-In, o desempenho de cada Diretoria, a qualidade do nível de serviço prestado, o atingimento de índices ligados à saúde, segurança e meio ambiente (SMS) e o atingimento de metas relativas a projetos estratégicos.

Não há índice ou periodicidade pré-definida para reajustes da remuneração variável de cada um dos membros da Diretoria e, quando aplicável, do Conselho de Administração. Eventuais correções serão aprovadas pelo Conselho de Administração, com base na relevância do respectivo membro ou do cargo para a Companhia.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

De acordo com a Política de Remuneração, a remuneração variável da Companhia é afetada pelo alcance de metas estabelecidas para o exercício, feitas com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e metas objetivas e mensuráveis obtidos do planejamento estratégico, conforme detalhado no item 13.1 (c).

Adicionalmente, são estabelecidos níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades. O desempenho individual é averiguado de acordo com metas desdobradas do Planejamento Estratégico e é medido mensalmente através de indicadores pré- estabelecidos.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração paga pela Companhia tem como objetivo compensar o trabalho realizado, bem como recompensar resultados obtidos, além da qualificação e excelência do profissional. A Companhia visa a manter a remuneração de seus administradores competitiva frente ao mercado, de modo a reter e atrair talentos que contribuam para o atingimento de seus objetivos estratégicos de curto e longo prazo.

Em se tratando especificamente da remuneração variável atual, a participação nos resultados tem como objetivo estimular os administradores a melhorarem o seu desempenho de forma a atingirem suas metas imediatas. O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("PILP"), aprovado em 25 de abril de 2019, tem, por sua vez, o objetivo de alinhar os interesses de longo prazo dos administradores com os da Companhia e seus acionistas, incentivando uma atitude de "dono". Além disso, o PILP constitui instrumento de incentivo ao cumprimento das metas globais da Companhia e à busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e reflitam na valorização de suas ações no mercado.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, pois não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe, atualmente, remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, ou efetivação de parcerias estratégicas.

h) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Cabe à Assembleia Geral fixar o montante total da remuneração global anual dos administradores, competindo ao Conselho de Administração estabelecer a distribuição dos valores individualmente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política de Remuneração da Companhia. Adicionalmente, sempre que o Conselho Fiscal for instalado, a Assembleia Geral fixará a remuneração de seus membros, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração variável atribuída aos Diretores é medida por indicadores de desempenho corporativos e de metas individuais, acompanhados mensalmente, e é afetada pelo alcance de metas estabelecidas para o exercício, feitas com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e metas objetivas e mensuráveis obtidos do planejamento estratégico, conforme detalhado no item 13.1 (c).

Adicionalmente, são estabelecidos níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades.

A Companhia adota um modelo de avaliação conhecido como matriz de desempenho e potencial ou “Nine Box”. Trata-se de modelo que leva em consideração variáveis de duas naturezas: (i) desempenho, medido pelo cumprimento de metas objetivas, que seguem tendo uma dimensão global e uma dimensão individual; (ii) competência, medida pela capacidade de liderança e assimilação dos valores da Companhia, identificadas por meio de avaliação pelos pares (modelo de avaliação 360º).

Para fins de reajuste, a Companhia não adota uma metodologia pré-fixada de reajuste para a remuneração variável dos

Diretores, observado que os planos e programas existentes, bem como as metas ou condições às quais o seu pagamento está condicionado, são estabelecidos pelo Conselho de Administração. Quanto à remuneração fixa dos Diretores, esta é reajustada de acordo com a percepção do Conselho de Administração, conforme a situação do mercado e a relevância de determinado membro ou cargo para a Companhia.

O Comitê de Gente e Gestão da Companhia assessora o Conselho de Administração através de recomendações e pareceres com o objetivo de, dentre outros, auxiliar o Conselho de Administração (a) no acompanhamento da Política de Remuneração da Companhia; (b) na aprovação de processos relacionados ao desenvolvimento de pessoas e organização (planejamento estratégico); (c) na definição da política geral de salários e demais políticas de pessoal, incluindo, mas não se limitando a benefícios, bônus e participação nos resultados da Companhia; (d) nos critérios de remuneração da Diretoria, incluindo planos de incentivo de curto e de longo prazo; (e) na proposta de plano de desempenho (metas individuais e procedimentos) dos executivos; (f) nas diretrizes de avaliação de desempenho dos executivos; e (g) no processo de avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

(iii) Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor

Não há uma frequência pré-definida para que o Conselho de Administração reavalie a Política de Remuneração.

13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,69	7,00		12,69
Nº de membros remunerados	5,69	7,00		12,69
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.262.000,00	4.044.000,00		6.306.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	976.360,41		976.360,41
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	4.827.300,00		4.827.300,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	2.262.000,00	9.847.660,41		12.109.660,41

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,65		11,65
Nº de membros remunerados	4,5	6,65		11,05
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.188.000,00	4.227.166,67		5.415.166,67
Benefícios direto e indireto	0,00	946.018,41		946.018,41
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.008.927,00		6.008.927,00
Participação de resultados	0,00	4.863.945,37		4.863.945,37
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.776.014,15		4.776.014,15
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício SEP 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício SEP 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.188.000,00	20.822.071,60		22.010.071,60

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.068.000,00	3.752.000,00	60.924,00	4.880.924,00
Benefícios direto e indireto	0,00	697.423,10	0,00	697.423,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.830.748,33	0,00	2.830.748,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.041.046,96	10.760.955,54	0,00	11.802.002,50
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício SEP 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício SEP 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O Conselho Fiscal não foi instalado em 2019. Os valores pagos no exercício social de 2019 correspondem à remuneração dos membros do Conselho Fiscal instalado ainda no exercício social de 2018.	
Total da remuneração	2.109.046,96	18.041.126,97	60.924,00	20.211.097,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.068.000,00	3.459.936,60	182.772,00	4.710.708,60
Benefícios direto e indireto	0,00	789.740,10	0,00	789.740,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.340.840,50	0,00	3.340.840,50
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	127.050,00	0,00	127.050,00
Baseada em ações (incluindo opções)	195.880,00	768.196,90	0,00	964.076,90
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício SEP 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício SEP 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração baseada em ações da Diretoria inclui os valores pagos (ou previstos) tanto no âmbito do plano de opções da Companhia quanto no âmbito do PPRE.		
Total da remuneração	1.263.880,00	8.485.764,10	182.772,00	9.932.416,10

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação ao bônus:
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
e. em relação à participação no resultado:
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,69	7	0	12,69
Nº de membros remunerados	0	7	0	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	0,0	0,0	0,0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	4.827.300,00	0,0	4.827.300,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	2.996.000,00	0,0	2.996.000,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	6,65	0	11,65
Nº de membros remunerados	0	6,65	0	6,65
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	6.008.927,00	0,0	6.008.927,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	6.008.927,00	0,0	6.008.927,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	6.008.927,00	0,0	6.008.927,00
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	5.868.050,00	0,0	5.868.050,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	3.642.000,00	0,0	3.642.000,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	6	0	11
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	0,0	0,0	0,0

Participação no Resultado	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	4.707.050,00	0,0	4.707.050,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	2.922.000,00	0,0	2.922.000,00

.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	6	3	14
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	0,0	0,0	0,0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,0	3.997.550,0	0,0	3.997.550,0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,0	2.482.000,0	0,0	2.482.000,0

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Em substituição ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia encerrado em 18 de dezembro de 2018, aprovou-se um novo Plano de Incentivo de Longo Prazo ("PILP") em 25 de abril de 2019, contemplando a outorga de um número de ações que não exceda 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia ou 4,03% (quatro vírgula zero três por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, o que for maior. As opções de compra outorgadas nos termos do Plano de Incentivo de Longo Prazo serão classificadas em tipo "A" ou tipo "B" em função do seu preço de exercício.

São elegíveis para participar do Plano de Incentivo de Longo Prazo, sujeito à aprovação do Conselho de Administração, os administradores e empregados da Companhia, bem como administradores e empregados de sociedades controladas pela Companhia que sejam considerados parte do pessoal-chave das sociedades em questão.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Incentivo de Longo Prazo proposto tem como objetivo:

(i) proporcionar e estimular a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital social;
(ii) atrair, estimular e manter vinculados à Companhia administradores e empregados qualificados; e
(iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses sociais da Companhia bem como aos interesses dos seus acionistas.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia alinha os interesses dos profissionais aos interesses da Administração, fazendo com que estes se sintam engajados no atingimento das metas estabelecidas, incentivando uma atitude de "dono".

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia mantém a remuneração da Companhia competitiva no mercado, além de alinhar a remuneração com a estratégia de longo prazo da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia busca alinhar os interesses dos profissionais aos interesses da Administração, fazendo com que aqueles se sintam engajados no atingimento das metas estabelecidas, incentivando uma atitude de "dono". Além disso, o Plano constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidos pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo corresponde ao maior entre: (i) um número de ações que não exceda 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia ou (ii) 4,03% (quatro vírgula zero três por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Incentivo de Longo Prazo autorizou a outorga de opções de compra correspondente ao maior entre (i) um número de ações que não exceda 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia ou (ii) 4,03% (quatro vírgula zero três por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra na forma do Plano de Incentivo de Longo Prazo será feita aos Beneficiários sem contrapartida financeira para a Companhia e será formalizada mediante a celebração de contrato de outorga de opções de compra entre a Companhia e o Beneficiário.

O Plano prevê a criação de Programas de forma periódica, que deverão identificar os Beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Adicionalmente, os Programas poderão prever um ou mais períodos de carência para o exercício das opções de compra outorgadas aos Beneficiários.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Incentivo de Longo Prazo contempla opções de dois tipos:

(i) as opções do tipo "A", cujo preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor auferido; e

(ii) as opções do tipo "B", cujo preço de exercício será de R$ 0,01 (um centavo).

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os Programas aprovados na forma do Plano de Incentivo de Longo Prazo poderão prever um ou mais períodos de carência para o exercício das opções de compra outorgadas aos Beneficiários, observado as opções de compra poderão ser exercidas em um período de 60 (sessenta) dias contados do decurso do Período de Carência.

k. Forma de liquidação

O exercício das opções se dá por meio da manifestação do titular da opção e do pagamento do preço de exercício estipulado no Programa no âmbito do qual as opções foram outorgadas. As ações entregues a partir do exercício da opção não estão sujeitas a nenhuma restrição à negociação.

O prazo e as condições para que o Beneficiário efetue o pagamento do preço de exercício das opções de compra outorgadas no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo e exercidas por este será informado pela Companhia ao Beneficiário em até 10 (dez) dias contados do recebimento, pela Companhia, de comunicação enviada pelo Beneficiário informando a sua intenção de exercer as opções de compra e indicando a quantidade de opções que deseja exercer.

Em qualquer caso a data limite para o pagamento do preço de exercício das quantidades de opções que o Beneficiário deseja exercer será o 5º dia útil que anteceder a data da entrega das ações correspondente às opções exercidas.

l. Restrições à transferência das ações

Na forma do Plano de Incentivo de Longo Prazo, uma vez recebidas as ações de emissão da Companhia os Beneficiários estarão impedidos, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da respectiva Data de Entrega das Ações,

de vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar, direta ou indiretamente, as ações recebidas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Eventuais modificações na estrutura acionária da Companhia, envolvendo aumento ou redução de capital, desdobramento, grupamento, cisão, incorporação, política de distribuição de dividendos, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, alteração na estrutura de controle da Companhia ou modificação semelhante não têm qualquer implicação automática no Plano de Opção, mas o Conselho de Administração pode, a seu critério, ajustar essas modificações às opções de compra não exercidas pelos seus titulares.

Nas hipóteses de cancelamento de registro de companhia aberta, cessação de negociação, dissolução e liquidação da Companhia, ou decretação de sua falência, todas as opções de compra ainda não liberadas para exercício tornar-se-ão exercíveis antecipadamente e todas as ações decorrentes de qualquer exercício de opção de compra não terão restrições à alienação ou transferência, no prazo de 10 (dez) dias contados do ato que lhe der causa.

Caso a Companhia seja parte de (i) fusão, incorporação resultando na extinção da Companhia, cisão com versão de todos ou substancialmente todos os ativos operacionais da Companhia para outra empresa; ou (ii) venda de todos ou substancialmente todos os ativos operacionais da Companhia; ou (iii) outra forma de reorganização societária que produza efeito similar; o Conselho de Administração poderá dispor sobre a extinção do período de carência para exercício de opção de compra e do prazo de restrição à alienação e/ou transferência de ações decorrentes do exercício de opção de compra, e sobre a alteração ou substituição do Plano e das opções de compra por novas opções de compra da entidade sucessora ou que adquirir os ativos da companhia.

No prazo de 2 (dois) anos a contar da data em que ocorrer uma alteração na estrutura de controle da Companhia, seja via aquisição original ou alienação, o beneficiário poderá exercer todas as opções de acordo com este contrato, inclusive as opções em período de carência. Não havendo o exercício pelo Beneficiário neste prazo, todas as opções não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo também prevê que caso durante a sua vigência o número de ações representativas do capital social da Companhia for aumentado ou diminuído, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos ou aumentos de capital relevantes, incluindo, sem limitação, aumentos de capital decorrentes de transações de incorporação ou incorporação de ações, o Conselho de Administração poderá realizar os ajustes apropriados nas opções outorgadas na forma do Plano e ainda não exercidas.

Por fim, o Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê que caso durante a sua vigência a Companhia seja objeto de transação que implique a sua dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções outorgadas na forma do Plano poderão, a critério do Conselho de Administração, ser transferidas para a sociedade remanescente ou ter os seus Períodos de Carência vencidos antecipadamente.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de dispensa com ou sem justa causa, violação de deveres, desligamento voluntário, renúncia, destituição, assim como outra forma de extinção do vínculo empregatício ou estatutário com a Companhia, antes do decurso do prazo referente ao período de carência, todas as opções de compra ainda não exercíveis serão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. As opções de compra exercíveis poderão

ser exercidas em até 60 (sessenta) dias contados da data do desligamento.

Caso o Beneficiário renuncie ao cargo exercido na Companhia ou seja desligado da Companhia por Justa Causa atribuível a ele/ela, não fará jus a qualquer parcela das opções de compra outorgadas a ele/ela na forma do Plano de Incentivo de Longo Prazo e ainda não exercidas, que serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.

Caso o Beneficiário seja desligado da Companhia sem Justa Causa atribuível a ele/ela, todo e qualquer Período de Carência será considerado vencido antecipadamente e o Beneficiário fará jus à totalidade das opções de compra outorgadas a ele/ela na forma do Plano e ainda não exercidas.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, ainda, que em caso de falecimento do Beneficiário, todo e qualquer Período de Carência será considerado vencido antecipadamente e os herdeiros e sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou testamentária, farão jus à totalidade das opções de compra outorgadas ao Beneficiário na forma do Plano e ainda não exercidas. Do mesmo modo, o Beneficiário fará jus à totalidade das opções de compra a ele outorgadas e ainda não exercidas em caso de invalidez permanente ou aposentadoria.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
i. data de outorga
ii. quantidade de opções outorgadas
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
iv. prazo máximo para exercício das opções
v. prazo de restrição à transferência das ações
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- em aberto no início do exercício social
- perdidas durante o exercício social
- exercidas durante o exercício social
- expiradas durante o exercício social

e. valor justo das opções na data de cada outorga
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Em 17 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Companhia") aprovou um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia que contemplava a outorga de opções de compra correspondendo a, no máximo, 1.200.000 ações da Companhia, sendo que cada opção de compra atribuiria ao seu titular o direito à subscrição de uma ação ordinária da Companhia.

O Plano de Opção de Compra incluiu entre os seus possíveis beneficiários membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, bem como outros executivos empregados da Companhia, sendo possível que o Conselho de Administração, a seu critério, e observado o limite quantitativo do plano, incluísse novos beneficiários aos Programas em curso. O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia esteve vigente de 17 de agosto de 2016 a 18 de dezembro de 2018.

Em 25 de abril de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou novo Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia inclui administradores e empregados da Companhia, bem como administradores e empregados de sociedades controladas pela Companhia que sejam considerados parte do pessoal-chave das sociedades em questão.

Os quadros a seguir, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam um resumo das informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e as Opções de Compra outorgadas aos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração da Companhia no âmbito do referido Plano, enquanto os quadros referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 apresentam um resumo das informações sobre o Plano de Incentivo de Longo Prazo:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	5,69	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	6,72
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A

(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**0,64%**

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	5	6,65
Nº de membros remunerados	1	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	1,42	2,55
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	1,42	2,55
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,14%**	**0,83%**

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	1	6
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	1,42	1,97
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	1,42
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,14%**	**1,71%**

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	1	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,27	0,27
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	0,7
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	3,89	3,89
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,45%**	**1,64%**

Outorga prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração					
	Tipo A			Tipo B		
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

	Diretoria					
	Tipo A			Tipo B		
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	20/03/20	20/03/20	20/03/20	20/03/20	20/03/20	20/03/20
Quantidade de opções outorgadas	150.000	149.999	149.999	75.002	75.000	75.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20/03/21	20/03/22	20/03/23	20/03/21	20/03/22	20/03/23
Prazo máximo para exercício das opções	19/05/21	19/05/22	19/05/23	19/05/21	19/05/22	19/05/23
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses
Valor justo das opções na data da outorga	3,64	4,64	5,41	12,1	12,1	12,1

Outorga reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração					
	Tipo A			Tipo B		
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	02/05/19	02/05/19	02/05/19	02/05/19	02/05/19	02/05/19
Quantidade de opções outorgadas	16.700	16.650	16.650	33.400	33.300	33.300
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	03/07/20	03/07/20	03/07/20	03/07/20	03/07/20	03/07/20
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	4,24	4,66	5,02	8,09	8,09	8,09

	Diretoria					
	Tipo A			Tipo B		
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	02/05/19	02/05/19	02/05/19	02/05/19	02/05/19	02/05/19
Quantidade de opções outorgadas	250.500	249.750	249.750	300.600	299.700	299.700
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Prazo máximo para exercício das opções	03/07/20	03/07/20	03/07/20	03/07/20	03/07/20	03/07/20
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	4,24	4,66	5,02	8,09	8,09	8,09

Outorga reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	17/08/16	17/08/16
Quantidade de opções outorgadas	166.000	620.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	17/08/18	17/08/18
Prazo máximo para exercício das opções	18/12/18	18/12/18
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	3,12	3,12

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções ainda não exercíveis
i. quantidade
ii. data em que se tornarão exercíveis
iii. prazo máximo para exercício das opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações
v. preço médio ponderado de exercício
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
e. em relação às opções exercíveis
i. quantidade
ii. prazo máximo para exercício das opções
iii. prazo de restrição à transferência das ações
iv. preço médio ponderado de exercício
v. valor justo das opções no último dia do exercício social
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020

Conselho de Administração **2º Programa**	
Nº total de membros	**5**
Nº de membros remunerados	**1**
Em relação às opções ainda não exercíveis	
Quantidade	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A

Em relação às opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A

Diretoria						
2º Programa						
Nº total de membros	6,65	6,65	6,65	6,65	6,65	6,65
Nº de membros remunerados	7	7	7	7	7	7
Em relação às opções ainda não exercíveis	**Tipo "A"**			**Tipo "B"**		
Quantidade	150.000	149.999	149.999	75.002	75.000	75.000
Data em que se tornarão exercíveis	20/03/21	20/03/22	20/03/23	20/03/21	20/03/22	20/03/23
Prazo máximo para exercício das opções	19/05/21	19/05/22	19/05/23	19/05/21	19/05/22	19/05/23
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	10,07	10,07	10,07	0,01	0,01	0,01
Valor justo das opções no último dia do exercício social	6,97	7,79	8,63	16,17	16,17	16,17
Em relação às opções exercíveis						
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções exercidas informar:
i. número de ações
ii. preço médio ponderado de exercício
iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
e. em relação às ações entregues informar:
i. número de ações
ii. preço médio ponderado de aquisição
iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**6,65**
Nº de membros remunerados	**1**	**7**
Opções exercidas	**150.000**	**870.000**
Número de ações	150.000	870.000
Preço médio ponderado de exercício	1,42	2,548
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	14,76	13,63
Ações entregues	**N/A**	**N/A**
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**6**
Nº de membros remunerados	**1**	**6**
Opções exercidas		
Número de ações	0	900.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	1,42
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	19,48
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**6**
Nº de membros remunerados	**1**	**3**
Opções exercidas		
Número de ações	166.000	620.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	1,42
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	3,52	3,52
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. forma de determinação da volatilidade esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano 2019	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária			
	1º Programa		2º Programa	
	Tipo A	Tipo B	Tipo A	Tipo B
a) modelo de precificação	Black & Scholes		Black & Scholes	
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação:	Volatilidade de 49,7% e taxa de juros de 6,50% (taxa Selic no início do Programa) (1)		Volatilidade de 50,9% e taxa de juros de 3,75% (taxa Selic no início do Programa) (1)	
c) método utilizado e premissas assumidas para exercício antecipado	N/A		N/A	
d) forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio padrão dos 100 pregões anteriores à data de outorga(1)		Desvio padrão dos 270 pregões anteriores à data de outorga (1)	
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A		N/A	

(1) Estas informações têm como referência as respectivas datas de outorga das opções de compra.

O número de membros remunerados informado no item 13.5 corresponde ao número de administradores a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, de acordo com o item 10.2.3(d) do Ofício Circular CVM/SEP/Nº1/2021. Pelas características da remuneração baseada em ações, o número não é calculado como a média mensal de administradores remunerados, por isso há divergência com o número de administradores remunerados indicado no item 13.2.

O número de membros remunerados informado nos itens 13.6 e 13.7 corresponde ao número de administradores vinculados ao Plano correspondente. Pelas características da remuneração baseada em ações, o número não é calculado como a média mensal de administradores remunerados, por isso há divergência com o número de administradores remunerados indicado no item 13.2.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Em 31/12/2020	Quantidade de Ações Ordinárias emitidas pela Log-In Logística Intermodal S.A.	% Capital Social
Conselho de Administração	2.881.261	2,73%
Conselho Fiscal	Não aplicável	Não aplicável
Diretoria Estatutária	1.005.814	0,95%

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	Não se aplica	7
Número de membros remunerados	Não se aplica	7
Nome do plano	Não se aplica	Plano de Benefícios Vale Mais da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não se aplica	Nenhum
Condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica	Não se aplica
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não se aplica	R$1.744,25
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não se aplica	R$275,61
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não se aplica	Somente no caso de desligamento. Recebimento de 100% da Conta de Participante + 1% da Conta de Patrocinador por cada mês de contribuição ordinária ao Plano, até o limite de 80% do valor acumulado nessa conta; já incluída, em ambas, a rentabilidade líquida no período.

13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	6,65	6,00	6,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,65	6,00	6,00	4,5	4,00	4,00	0,00	0,00	3,00
Valor da maior remuneração	8.936.900,96	8.945.400,90	3.189.633,62	312.000,00	1.389.187,32	417.600,00	0,00	0,00	70.062,60
Valor da menor remuneração	1.750.977,54	1.804.017,76	978.005,87	240.000,00	240.096,80	288.000,00	0,00	0,00	70.062,60
Valor médio da remuneração	3.129.620,46	3.006.854,50	1.495.167,43	264.000,00	527.261,74	356.020,00	0,00	0,00	70.062,60

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante 6 meses no exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função.
31/12/2019	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função.
31/12/2018	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função.

Conselho de Administração	
31/12/2020	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função
31/12/2019	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. Também foi desconsiderado o membro do Conselho de Administração que, por exercer cumulativamente o cargo de Diretor, renunciou à remuneração pela função exercida no Conselho de Administração.
31/12/2018	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	- O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. - O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Para a Diretoria Estatutária, em caso de destituição ou não renovação do mandato, está prevista indenização que corresponde, no primeiro ano de mandato (ou sua renovação), a seis vezes o valor da última remuneração, e, no segundo ano de mandato (ou de sua renovação), a três vezes o valor da última remuneração.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização, em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem acionista controlador.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não foram reconhecidos valores no resultado da Log-In – Logística Intermodal S.A. como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

De acordo com a decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM nº 19957.007457/2018-10, os valores informados no item 13.2, com relação ao exercício corrente e aos três exercícios sociais anteriores, são líquidos de encargos sociais de ônus do empregador.

3.3. Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência relativamente aos candidatos indicados pela Administração, conforme previsto art. 10, I, da Instrução CVM nº 481/09.

12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo a ser ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Mauricio Ribeiro de Menezes	18/02/1980	Conselho de Administração	20/04/2021	AGO 2023	2
219.886.398-75	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	A confirmar	Não	100%
Flavio Souto Boan	02/08/1969	Conselho de Administração	20/04/2021	AGO 2023	1
884.156.516-00	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	A confirmar	Não	100%
Eduardo de Salles Bartolomeo	12/04/1964	Conselho de Administração	20/04/2021	AGO 2023	4
845.567.307-91	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	A confirmar	Não	100%
Fabiola Ribeiro dos Santos	11/10/1973	Conselho de Administração	20/04/2021	AGO 2023	4
171.040.438-88	Advogada	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	A confirmar	Não	100%
Marco Antônio Souza Cauduro	06/08/1976	Conselho de Administração	20/04/2021	AGO 2023	4
272.647.628-74	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	A confirmar	Não	100%

12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Mauricio Ribeiro de Menezes - 219.886.398-75

Atual COO da Valid, empresa focada no desenvolvimento de plataformas de segurança para governos e organizações privadas. Ocupa esta função desde 2019, sendo que está na companhia desde 2012, passando por posições de gerente de negócios e diretor de operações. Possui experiência prévia de quase 8 anos no fundo de investimento em mercados emergentes Spinnaker Capital, onde se tornou o responsável pelo time de controle gerencial do fundo e todo o processamento das operações. Anteriormente foi CEO da Interfile e obteve uma breve passagem como analista de negócio na Accenture. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e entre 2010 e 2012 foi Conselheiro Fiscal da Even Construtora e Incorporadora S.A. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Flavio Souto Boan - 884.156.516-00

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, mestre em Engenharia de Produção pela UFMG, com cursos de especialização pela Fundação Dom Cabral e pela Franklin W. Olin College of Engineering. Começou sua carreira em 1993 na Cia de Bebidas das Américas (Ambev). Tem atuado nos últimos 20 anos como líder de projetos de melhoria da gestão em organizações públicas e privadas, tanto no Brasil como no exterior pela Falconi Consultoria. Desde 2014 é Sócio Diretor da Falconi e desde 2018 é membro do conselho consultivo da Loyall Wealth Advisory.

Eduardo de Salles Bartolomeo - 845.567.307-91

Eduardo Bartolomeo é formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, com MBA pela Katholieke Universiteit Leuven, na Bélgica. Começou sua carreira na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) em 1988. De 1994 a 2003, trabalhou na Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV). De 2007 a 2011 ele foi membro da Diretoria Executiva da Vale S/A (Vale), responsável pelas áreas de logística, sustentabilidade, gestão de projetos e operações integradas. Desde janeiro de 2018, ocupa o cargo de diretor-executivo de Metais Básicos no Canadá da Vale e, em março de 2019, foi nomeado Diretor-Presidente interino da Vale. Foi presidente da BHG (indústria hoteleira) de 2013 a 2015. Retornou recentemente ao Brasil após um período de estudos de pós-graduação (MBA) no MIT, nos Estados Unidos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fabiola Ribeiro dos Santos - 171.040.438-88

Fabíola Ribeiro dos Santos é formada em Direito pela PUC-SP. Atualmente é Head do Jurídico e Compliance da Accountfy, tendo sido anteriormente diretora jurídica na Ricardo Eletro, empresa do varejo brasileiro, no segmento de eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Antes passou pelos departamentos jurídicos das empresas ALLIS, Universidade Estácio de Sá, Minerco Mineração, Farmasa - Hypermarcas e GEODEX Communications - GVT. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marco Antônio Souza Cauduro - 272.647.628-74

Marco Cauduro é Presidente do Conselho da Administração da Log-In e Diretor Presidente da CCR S/A. Marco foi Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração da Log-In de maio de 2016 a junho de 2020. Anteriormente, foi sócio-diretor e Portfolio Manager na Arbela Investimentos, foi sócio-fundador e gestor da Cox Capital Management e também foi um dos sócios-fundadores e responsável pelo time de pesquisa da Tarpon Investimentos. Ainda, Marco trabalhou no Morgan Stanley e no Deutsche Bank. Marco é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), MBA pelo MIT Sloan School of Management, Doutor em Finanças na Fundação Getúlio Vargas e Visiting Scholar na Universidade de Stanford.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Mauricio Ribeiro de Menezes - 219.886.398-75	
N/A	
Flavio Souto Boan - 884.156.516-00	
N/A	
Eduardo de Salles Bartolomeo - 845.567.307-91	
N/A	
Fabiola Ribeiro dos Santos - 171.040.438-88	
N/A	
Marco Antônio Souza Cauduro - 272.647.628-74	
N/A	

12.7/8 – Composição e experiência profissional dos comitês

Não aplicável, visto que o mandato dos atuais membros dos Comitês de Assessoramento encerra-se junto com o mandato dos membros do Conselho de Administração, de forma que a nova composição dos referidos Comitês somente será definida em um momento posterior, pelos próprios Conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2021, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

12.9 - Relações familiares

a. administradores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladores.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladores.

12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.